

# Acção Socialista



N.º 1344 24 Fevereiro 2010

Director Jorge Seguro Sanches Director-adjunto Silvino Gomes da Silva

www.accaosocialista.net ■ accaosocialista@ps.pt

## PS mobilizado e unido em torno de Sócrates



As recentes reuniões do Secretariado Nacional, da Comissão Nacional, do Grupo Parlamentar e ainda o plenário de militantes no Porto evidenciaram que o PS está coeso e unido em torno do seu líder, que condena com firmeza os atentados contra o Estado de Direito, não misturando violações ao segredo de justiça com política, e que os seus principais

esforços estão concentrados nas questões fundamentais do país, prosseguindo uma governação responsável capaz de responder à pior crise financeira internacional dos últimos 80 anos. Mesmo nos tempos mais difíceis e complexos os portugueses podem confiar no PS que continua a ser a principal referência de estabilidade e credibilidade.

2 e 3

### ENTREVISTA



**Alberto Arons de Carvalho: "É chocante a utilização de escutas"**

11

### PARLAMENTO

**OE/2010 aprovado na generalidade**

4 - 8

### TRAGÉDIA NA MADEIRA

**Socialistas solidários desde a primeira hora**

18

### SAÚDE



**Inaugurado novo Hospital de Cascais**

20

## PRIMEIRO-MINISTRO DESMENTE PLANO PARA CONTROLAR COMUNICAÇÃO SOCIAL

NUMA breve comunicação ao país, o primeiro-ministro desmentiu o seu alegado envolvimento num plano para controlar a Comunicação Social e reafirmou a sua intenção de não se desviar dos rumos traçados para a governação do país.

Na declaração produzida no dia 19, na residência oficial, em São Bento, o primeiro-ministro referiu-se a “três verdades claras e fáceis de compreender”. Primeiro, nunca o Governo ou ele próprio deram “qualquer orientação” à PT, “ou a qualquer dos seus administradores”, para comprar a TVI. Segundo, nunca o Governo ou ele próprio tiveram qualquer “plano para controlar ou condicionar a Comunicação Social”, considerando que tal ideia “é infundada e até delirante”. Por último, disse que “é simples e claro” que há em Portugal “uma Comunicação Social livre”.

José Sócrates referiu-se implicitamente a outros casos de carácter pessoal com que se confrontou nos últimos anos, recordando que “já não é a primeira vez que o país assiste a uma tentativa de substituição do debate político pelo ataque pessoal”.

“Não será agora, como não foi no passado, que uma qualquer sucessão de insultos, de rumores e de mentiras me fará desviar da responsabilidade que o povo me confiou. Como primeiro-ministro conduzirei o Governo, como é meu dever, no combate à crise económica, pela modernização do país, cumprindo o programa que venceu as eleições”, disse.

Segundo Sócrates, com essa atitude, estará “a contribuir para a elevação do debate político, que é tão necessária para o prestígio das instituições e para que a vida política se concentre nos reais problemas das pessoas e nos reais problemas do país”.

Neste contexto, Sócrates declarou que as suas prioridades passarão pela aprovação final do Orçamento do Estado para 2010, “sem o desvirtuar e respeitando a sua coerência”, e pela apresentação do Programa de Estabilidade e Crescimento.

O primeiro-ministro afirmou ainda nada temer quanto ao conteúdo das escutas do processo “Face Oculta”, ao mesmo tempo que acusava os que perderam as eleições legislativas de tirarem partido das “criminosas” violações do segredo de justiça.

“Como democrata e, aliás, como qualquer pessoa que preze a decência e a lealdade na vida pública, condeno e repudio as violações do segredo de justiça e a divulgação criminosa de escutas. Faço-o não porque tema seja o que for quanto ao seu conteúdo. Não tenho absolutamente nada a temer. Mas faço-o porque esses crimes atentam contra as pessoas, contra o direito à privacidade e contra o funcionamento da justiça”, afirmou.

Na sua declaração, o primeiro-ministro criticou “a indignidade daqueles que tentam aproveitar-se destes crimes para lançarem ataques de carácter aos seus adversários políticos”.

“Estes são os métodos de quem dá mostras de não saber aceitar a escolha e o resultado das eleições legislativas, de não saber conviver com o julgamento democrático dos portugueses. Esses são os que parecem ter-se desinteressado do país, para apenas se concentrarem no insulto como arma de ataque pessoas”, disse ainda. **J. C. C. B.**



# PS unido e mo

**O velho slogan “Quanto mais a luta aquece, mais força tem o PS” está de volta. Assim o demonstra o clima de união do nosso partido em torno do seu secretário-geral, bem patente, aliás, nas recentes reuniões do Secretariado Nacional, da Comissão Nacional, do Grupo Parlamentar e do plenário de militantes realizado no Porto, em face da campanha insultuosa em curso contra José Sócrates. Mais uma vez ficou provado que o PS está mobilizado para lutar pela decência na vida política e concentrado numa governação que responda aos graves problemas com que o país se debate, fruto da maior crise internacional dos últimos 80 anos.**

MARY RODRIGUES E  
J.C. CASTELO BRANCO

“O PAÍS precisa da voz do PS para lutar pela decência na vida pública portuguesa e pela elevação do Estado de Direito”, afirmou José Sócrates, pedindo a mobilização do partido contra uma campanha em curso que “representa um ataque ao sistema democrático e judicial” e se baseia no “ódio, ataque pessoal e insulto”.

O líder socialista falava no dia 20, na Alfândega do Porto, num plenário de militantes, onde também intervieram Francisco Assis, Alberto Martins e o presidente do PS/Porto, Renato Sampaio, que deram um testemunho de confiança a José Sócrates, apelando à unidade no partido.

Perante as quatro mil pessoas, o secretário-geral do PS teceu duras críticas “à sucessão de publicação de escutas telefónicas”, considerando que as mesmas consubstanciarão “um crime” e garantiu que “este partido e este secretário-geral não temem nenhuma divulgação de escutas”.

Segundo referiu Sócrates, “o pior é a indignidade daqueles políticos que não hesitam em utilizar esses crimes para atacar os seus adversários políticos”, acrescentando que isso “nunca tinha acontecido no passado e acontece agora”.

Para o líder do PS, é “absolutamente evidente que todos esses que recorrem a actos desesperados de ataque aos outros, verdadeiramente ainda não aceitaram o resultado das eleições e ainda não encaixaram a derrota”.

“O Partido Socialista nunca diz que o povo se enganou, não se zanga com o povo e por uma simples razão: porque o PS é o partido do povo e está aqui para servir o povo português e para estar ao seu lado”, disse.

Por este motivo, Sócrates defendeu que se deve “pôr estes assuntos de lado”, salientando que é necessário uma concentração naquilo que são os problemas do país.

Já Francisco Assis considerou que o encontro no Porto foi uma “resposta solidária, um testemunho de confiança” ao secretário-geral do PS, exprimindo-lhe assim, uma vez mais, “a admiração pelo trabalho” que tem vindo a desenvolver como primeiro-ministro.

“Porquê tanta maledicência e contestação gratuita, porquê uma oposição tão feroz? A resposta é só uma: porque verdadeiramente as várias oposições têm medo de José Sócrates e têm medo do que ele tem vindo a fazer por Portugal”, afirmou o líder da bancada parlamentar socialista.

Relembrando que o PS “não está disposto a estar no poder a qualquer preço”, Assis afirmou que a oposição não queria “um primeiro-ministro com um rumo, com um projecto, com uma orientação, com ambições, e sobretudo, com a coragem à medida dessas ambições”.

Alberto Martins, que encabeçou a lista de deputados pelo círculo do Porto, referiu que “a justiça, o Estado de Direito e a democracia não pode ser capturável quer no plano corporativo quer no plano sectorial quer na tentativa de se fazerem julgamentos na praça pública”.

Por sua vez, o líder do PS/Porto, Renato Sampaio, apelou à “unidade do PS no combate pela qualidade da democracia, pelos valores do Estado de Direito e pelos valores democráticos”.

“Se não nos conseguiram vencer pelas políticas tentam vencer-nos pela calúnia”, acusou Renato Sampaio, que reiterou de forma calorosa o apoio do PS do Porto a José Sócrates.

### Dupla convocatória

Naquela mesma manhã, em Lisboa, durante a reunião da Comissão Nacional o líder do PS convocou à mobilização dos socialistas e a terem mais intervenção em matérias de governação do país, respondendo, ao mesmo tempo, “com firmeza, sem medo” ao atentado contra o Estado de Direito, a democracia e a reserva da esfera individual.

Sócrates exortou o PS a continuar a contribuir para a elevação e a moralização do debate político.

Perante os comissários nacionais, José Sócrates, reafirmou que nada teme sobre a divulgação de escutas no âmbito do processo “Face Oculta” e deixou claro que o Governo não consentirá que o Orçamento de Estado para 2010, aprovado recentemente na generalidade, seja desvirtuado na especialidade.

“Não temos nada a temer com a

divulgação de escutas”, disse Sócrates, voltando a insurgir-se contra “as violações do segredo de justiça” e afirmando que a campanha em curso “representa um ataque” aos sistemas democrático e judicial.

Depois de lembrar que existem princípios básicos na democracia que é preciso respeitar, frisou que publicar escutas constitui um crime porque o proíbe o Código Penal e porque tal publicação viola a esfera da vida privada.

Manifestamente “chocado” com a situação, o secretário-geral chamou a atenção para a importância e para a seriedade desta, que envolve “a defesa da liberdade de cada cidadão”.

“Não tenho nada a temer”, resumiu para de seguida manifestar a sua inconformidade com o facto de no país não se terem levantado vozes contra “este ataque à liberdade pelo excesso de uma falsa liberdade”.

Depois, centrando a sua intervenção nas questões económicas, sustentou que há um ano, perante a pior crise financeira internacional dos últimos 80 anos, o Governo decidiu bem ao aumentar o défice para apoiar as famílias e as empresas.

Contudo, deixou claro que o PS não governará a qualquer preço.

“Não podemos aceitar uma condução económica irresponsável”, uma vez que “isto não é um jogo político e sim um assunto crucial para a credibilidade do nosso país lá fora”, disse, apontando como “sucesso” a aprovação do OE 2010 que “vamos ter crescimento económico” este ano.

Mais tarde, o líder parlamentar do PS, Francisco Assis, afirmou perante os jornalistas que “é preciso que nos concentremos nas questões fundamentais do país porque estamos neste momento a discutir o Orçamento do Estado para 2010 e dentro de algumas semanas o Governo vai apresentar o Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC).

“É para aí que devemos dirigir a nossa atenção”, declarou, sublinhando que “em Portugal, há excesso de folhetim no debate político”.

Por esse folhetim, Assis responsabilizou as várias oposições, dizendo que “têm concorrido fortemente para a degradação do nível

Órgãos nacionais reuniram-se

# credibilizado em torno do seu líder



Grupo Parlamentar do PS com o secretário-geral do partido, José Sócrates.

Em causa está a entrevista à RTP, onde presidente do PSD acusou o primeiro-ministro de continuar a mentir ao negar ter tido envolvimento no processo de compra da Media Capital por parte da PT.

“Quando a política se transforma numa confrontação de caracteres e num jogo de insinuações, inevitavelmente entra numa espiral de degradação”, disse Assis, referindo que os portugueses esperam que os políticos se “concentrem nos problemas reais do país”.

“A nossa preocupação é garantir a aprovação final do Orçamento para 2010 de acordo com os compromissos do Governo e do PS e que constam da proposta que deu entrada na Assembleia da República”, afirmou.

Sobre o teor da declaração feita duas horas antes por José Sócrates, a propósito da divulgação de escutas no âmbito do processo “Face Oculta”, o presidente da bancada parlamentar socialista rejeitou a leitura de que essa declaração do primeiro-ministro terá servido para sossegar os socialistas.

“O partido já estava sossegado. Diria agora que o Grupo Parlamentar do PS ficou satisfeito”, afirmou, adiantando que “nesta reunião os deputados socialistas disseram o que quiseram. Foi uma excelente reunião”.

José Sócrates, que não prestou declarações aos jornalistas, disse na reunião com os deputados socialistas que as escutas divulgadas se inserem numa estratégia de “ataques pessoais”, como no Freeport. “Eles podem querer um novo líder, mas têm azar. O líder sou eu”, disse, reafirmando estar preparado para novos ataques.

do debate político no país”.

“Nunca cultivei a ideia das teorias conspirativas, porque essa não é a melhor forma de encararmos os problemas com que somos confrontados. Mas a vida política comporta momentos de grande adversidade e quando enfrentamos

a adversidade frontalmente saímos reforçados”, sustentou.

Segundo Francisco Assis, os problemas reais do país “não são aqueles que se retratam nos folhetins de baixo nível”.

“É nas questões económicas e sociais que o PS deve concentrar

a sua atenção e a sua energia, contribuindo para a estabilidade política”, contrapôs.

## Resolver os problemas reais do país

O tipo de afirmações proferi-

das pela líder do PSD, Manuela Ferreira Leite, Ferreira “em nada contribuem para dignificar a vida política em Portugal”, transformando-a “numa confrontação de caracteres” e num “jogo de insinuações”, acusou Francisco Assis, no dia 18, no final da reunião do

“Vamos na quarta acusação grave [contra José Sócrates] e já provaram alguma coisa? A primeira falhou, a segunda falhou, a terceira falhou e a quarta também vai falhar”.

*Almeida Santos*

“Os militantes socialistas não podem ficar indiferentes à existência de uma operação destinada a neutralizar uma direcção eleita e a misturar justiça com política”

*José Magalhães*

“Os portugueses devem interrogar-se sobre o porquê deste continuado de ataques e que não são de agora. Certamente continuarão”

*Edite Estrela*

“O PS não se dividiu nem vai embora. O nosso secretário-geral é forte, não desiste!”

*Maria Manuela Augusto*

“Há falta de dignidade de Estado na oposição e impunidade no quarto poder”

*Correia de Campos*

“O nosso sistema de justiça está a ser manipulado há muito tempo e isto coloca em causa a nossa democracia”

*João Proença*

“Hoje mais do que nunca o PS tem de combater, resistir e esclarecer”

*Armando França*

“A agenda mediática está a subverter a agenda política de modo muito perigoso para a nossa democracia”

*Fonseca Ferreira*

“Estamos perante uma perante estratégias de rafeiragem política e precisamos dar a isto uma resposta firme, no terreno político, responsabilizando as oposições pelas suas atitudes”

*Rui Namorado*

“Eu desde já digo presente às convocatórias feitas por José Sócrates”

*Bernardo Trindade*

“Esta vai ser uma guerra de guerrilhas prolongada”

*Vítor Ramalho*

“Os portugueses sabem que o PS é o partido certo para governar, que é defensor da qualidade da nossa democracia e que vai recentrar o debate político no que é de interesse nacional”

*Maria João Rodrigues*

“É preciso moralizar e credibilizar a política, sendo essa uma tarefa fundamental dos órgãos do PS”

*Gaspar Santos*

“O partido está com Sócrates, mas não está moralizado. É preciso dar-lhe força!”

*Edmundo Pedro*

Teixeira dos Santos na apresentação do OE-2010

# Continuar a rota de crescimento e a trajectória de consolidação das contas públicas

Apesar dos “grandes e renovados desafios” que o país enfrenta, “continuamos com a mesma vontade para recuperar a rota de crescimento e sairmos da crise que nos tem afectado numa situação que favoreça a sustentabilidade desse crescimento”, afirmou no dia 10 o ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, sublinhando que a proposta do Orçamento do Estado para 2010 apresentada pelo Governo ao Parlamento “é um instrumento da acção governativa que inicia esta exigente legislatura com uma proposta de confiança aos agentes económicos, às famílias e às empresas”.

J. C. CASTELO BRANCO

De acordo com Teixeira dos Santos a “confiança na recuperação da economia e na correcção das finanças públicas” é fundamental, pois, nas suas palavras, “sem a recuperação da economia e da trajectória de consolidação das contas públicas não teremos crescimento económico sustentado, não teremos de novo convergência com os países mais desenvolvidos da União Europeia, não teremos sustentabilidade das políticas conducentes ao desenvolvimento económico e social do nosso país”.

Num contexto presumível de retoma lenta da procura mundial, Teixeira dos Santos afirmou que “as perspectivas para a economia portuguesa em 2010 apresentam-se mais favoráveis face a 2009”, porque “o crescimento real da economia portuguesa em 2010 situar-se-á em terreno positivo, atingindo os 0,7% contra os 2,6% que marcaram 2009”.

É pois neste quadro de “recuperação e manutenção de confiança, quer em Portugal quer internacionalmente”, que, referiu o ministro, “o Governo propõe uma política económica concentrada, neste e nos próximos anos, na promoção da competitividade e na recuperação da rota da consolidação das contas públicas. É o que este orçamento inicia, com a urgência necessária”.

O Governo, adiantou, “pretende promover não só a criação de emprego no curto prazo, mas também o aumento da produtividade e competitividade no longo prazo, reforçando a capacidade exportadora e promovendo o potencial de crescimento do país”, pois só assim “podemos efectivamente criar riqueza e, assim, melhorar sustentadamente a qualidade de vida dos portugueses e promover a coesão social e territorial”.

Numa perspectiva de médio longo prazo, Teixeira dos Santos reiterou que “a promoção da competitividade passa pela aposta em

factores estruturais como as qualificações e a adopção de estratégias baseadas na ciência e tecnologia, que se traduzam em inovações, isto é, na exploração económica desse conhecimento”.

Neste âmbito, frisou, a proposta de Orçamento do Estado para 2010 “privilegia os investimentos em ciência e tecnologia, em estreita parceria com universidades, bem como os apoios à formação nas empresas e a continuação da iniciativa Novas Oportunidades”.

## Aumento da competitividade para criar melhor emprego

Na sua intervenção, o ministro das Finanças considerou que “o aumento da competitividade da economia portuguesa é essencial para a criação sustentada de emprego e de emprego qualificado”, acrescentando que o “apoio activo ao emprego” passará, em 2010, por duas linhas de intervenção fundamentais. Primeiro, e no quadro da iniciativa emprego 2010, “serão reforçadas as medidas dirigidas à manutenção e promoção do emprego”, disse.

E, em segundo, “pelo apoio à inserção de jovens no mercado de trabalho, nomeadamente pela atribuição de apoios para as empresas que contratarem a termo jovens até aos 35 anos, mas também pelo reforço e ampliação dos programas InovContacto, InovExport, InovSocial, InovMundus, pela criação de estágios na Administração Central”.

Mas, alertou, “a promoção da competitividade e do apoio ao emprego e à solidariedade social não será possível se não formos capazes de recuperar rapidamente a rota de consolidação das contas públicas, através de um vasto conjunto de medidas de consolidação previstas no OE para 2010”.

Numa perspectiva de médio e longo prazo, Teixeira dos Santos referiu que “a actuação no domínio das Finanças Públicas visa assegurar a sustentabilidade das políticas



económicas e sociais”, defendendo que nesse trajecto “é essencial o cumprimento dos compromissos de Portugal, no âmbito do Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC), nomeadamente corrigindo a situação de défice excessivo até 2013”.

Neste sentido, adiantou, “está já em preparação o novo Programa de Estabilidade e Crescimento 2010-2013, que conterà a trajectória e as medidas concretas previstas que intensificarão a redução do défice nos próximos anos, de modo a chegarmos a 2013 com o défice excessivo resolvido”. E frisou que “é neste contexto que a proposta de Orçamento do Estado para 2010 deve ser avaliada”.

Teixeira dos Santos referiu, a propósito, que “está, já, em preparação um exigente PEC, que apresentará as medidas que reforçarão estes compromissos e permitirão ao país sair, até 2013, da situação de défice excessivo”.

“De todos continuaremos a aguardar contributos construtivos e viáveis, no curto e no médio/longo prazo que promovam a recuperação da nossa economia e não comprometam o esforço de redução do défice em 1% do PIB conforme propomos”, disse, defendendo que

“Sem a recuperação da economia e da trajectória de consolidação das contas públicas não teremos crescimento económico sustentado, não teremos de novo convergência com os países mais desenvolvidos da União Europeia, não teremos sustentabilidade das políticas conducentes ao desenvolvimento económico e social do nosso país”

“este é um sinal indispensável ao reforço da confiança dos agentes económicos, um sinal que em nada poderá ser diminuído”.

Da parte do Governo, salientou, “já provámos no passado que somos capazes de promover as finanças públicas sãs, de operar reformas estruturais consistentemente e, assim, contribuir para o crescimento e o bem-estar do país”.

No debate que se seguiu à sua intervenção, afirmou esperar que os parlamentares da oposição “não tomem iniciativas” que “descredibilizem” o PEC, numa alusão às alterações à Lei das Finanças Regionais, considerando “irresponsáveis” os políticos que a aprovaram.

Teixeira dos Santos teceu ainda duras críticas às tentativas do PSD em eliminar o pagamento especial por conta, sublinhando que já foram disponibilizados mais de 5 mil milhões de euros no âmbito da linha PME Investe para apoiar as empresas.

“A senhora Manuela Ferreira Leite acha que é a acabar com o pagamento especial por conta, que não representa mais de mil milhões de euros para as PME, que se apoiam as empresas”, acusou.

# Sócrates apresenta OE de responsabilidade e confiança na resposta à crise

**“Responsabilidade” e “confiança” são as duas palavras que definem o Orçamento de Estado (OE) para 2010, o qual se destina “a promover o crescimento, o investimento e o emprego, e retomar rapidamente o caminho de equilíbrio das contas públicas que, com sucesso, construímos até 2008”. Nas palavras do primeiro-ministro, trata-se “de um equilíbrio exigente, mas que assumimos com a confiança de quem já foi capaz de o fazer no passado”.**

J. C. CASTELO BRANCO

FALANDO no dia 10, na apresentação do OE para 2010 no Parlamento, José Sócrates disse que este é um Orçamento “para responder a uma situação excepcional”, já que, defendeu, “não seria sério discutir a situação económica portuguesa e a política orçamental para 2010, ignorando o quadro económico europeu e mundial que afecta também o nosso país.”

Segundo sublinhou o chefe do Governo, “este é, de facto, um Orçamento elaborado num contexto económico excepcional. Um Orçamento construído quando o mundo vive um momento de expectativa na recuperação económica, mas ainda de enorme incerteza quanto ao ritmo e à rapidez dessa recuperação daquela que é maior crise económica dos últimos 80 anos”.

Depois de recordar que Portugal viveu esta crise “sofrendo os impactos negativos que se espalharam pelo mundo, como o recuo da procura externa, instabilidade financeira, quebra da confiança e do investimento, aumento do desemprego”, Sócrates fez questão de afirmar “com clareza e sem hesitações” que “enfrentámos a crise com coragem e determinação; e a economia portuguesa respondeu à crise com resultados mais positivos do que a Europa, os Estados Unidos e o Japão”.

Ou seja, explicou, “o nosso sistema financeiro resistiu de forma mais sólida do que em muitos outros países” e “o recuo económico atingiu em Portugal valores bem inferiores à média da União Europeia e fomos dos primeiros países a sair da situação de recessão técnica”.

Na sua intervenção, o primeiro-ministro sustentou que “as incertezas e dificuldades” da conjuntura exigem que se mantenham “os apoios do Estado à recuperação económica, nomeadamente no que respeita às pequenas e médias empresas e no apoio à internacionalização e no apoio à recuperação e crescimento das exportações”, apostando na “afirmação da competitividade empresarial”, nos sectores da energia, na fileira florestal e no turismo.

Por outro lado, defendeu, “os apoios ao emprego continuam a ser essenciais, quer no estímulo à contratação, quer na defesa do emprego em sectores mais expostos à crise internacional quer na melhoria do acesso à protecção social dos desempregados”, acrescentando que “a melhoria das condições de acesso ao subsídio de desemprego e ao subsídio social de desemprego são instrumentos que evidenciam a importância desta prioridade”.

## Investimento público é essencial

Após considerar que “numa conjuntura ainda marcada pela debilidade do investimento privado”, afirmou ser “essencial” a manutenção de investimento público ou de iniciativa pública, designadamente pelo apoio que dá “à recuperação económica e ao emprego e pelo papel modernizador que pode assumir”.

Sócrates salientou que as prioridades nesta área estão definidas com “rigor” no Orçamento de Estado, e que são a continuação do investimento no parque escolar, na rede hospitalar, no sector energético, com particular relevo para a construção de barragens, a rede de equipamentos sociais, especialmente creches e lares, e a rede de infra-estruturas de transportes e comunicações.

“Estas são escolhas de rigor e



exigência. Escolhas que ajudam a situação actual e melhoram o desempenho económico do futuro”, frisou.

Por outro lado, defendeu que “o rigor nas contas públicas” é um instrumento fundamental para “a recuperação económica”, sublinhando que é preciso “encontrar o justo equilíbrio entre a recuperação da confiança económica e o rigor na gestão das contas do Estado”.

E referiu que na actual conjuntura económica “uma correcção muito agressiva do défice poderia ter como consequência um recuo na recuperação económica”, mas, alertou, “não iniciar, desde já, a correcção do défice degradaria a situação das contas públicas e traria graves riscos para o custo do financiamento externo da nossa economia”.

Para Sócrates, “rigor na política orçamental é pois um imperativo a que o interesse nacional nos obriga”. E, por isso, considerou que a disponibilidade para a viabilização do Orçamento para 2010 por parte do PSD e do CDS/PP constituiu “um sinal importante para o país”.

## Prosseguir a modernização do país

Mas, segundo salientou o primeiro-ministro, “um Orçamento de rigor e exigência não pode ser um Orçamento que desista da modernização do país”, já que, “só elevando o nosso potencial colectivo e individual, só qualificando pessoas, empresas e instituições poderemos ambicionar dar uma

resposta definitiva aos estrangulamentos mais sérios que limitam a nossa capacidade de crescer mais e melhor”.

Neste contexto, disse que este é o “Orçamento de compromisso com essa ambição”, que se expressa em três linhas fundamentais: “Compromisso com o futuro dos mais jovens traduzido no caminho para a generalização dos 12 anos de escolaridade”, “compromisso com a ciência e a inovação, garantindo a consolidação dos níveis que atingimos de investimento na ciência, de formação avançada e de ligação desse investimento ao tecido empresarial” e ainda “compromisso com o ensino superior, traduzido no Contrato de Confiança, que garante às instituições do sector recursos e instrumentos para uma maior ambição de quantidade e qualidade na formação dos estudantes do ensino superior peça decisiva, no mediato, para o sucesso económico, para a ciência e a cultura”.

Segundo Sócrates, o Orçamento de 2010 “é uma peça fundamental para assegurar a estabilidade do país no cumprimento desse desafio exigente e decisivo”, que é “apoiar a recuperação económica e garantir a retoma do processo de reequilíbrio orçamental que a crise veio comprometer”. É por isso que, frisou, “a sua aprovação parlamentar é uma exigência nacional, que nos coloca no caminho que nos levará, em 2013 a atingir o objectivo de equilibrar as contas públicas alcançando um défice inferior a 3% do PIB”.

## GERAR O MAIOR CONSENSO NO PROGRAMA DE ESTABILIDADE E CRESCIMENTO

AS LINHAS do Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC), até 2013, deverão ser debatidas, “na defesa do interesse nacional” pelos parceiros sociais e pela Assembleia da República, de forma a “gerar o maior consenso possível”, defendeu o primeiro-ministro na sua intervenção na abertura do debate na generalidade do Orçamento do Estado para 2010.

José Sócrates salientou que o PEC será “um exercício de responsabilidade” de “defesa do interesse geral num momento difícil”.

“De responsabilidade para todos, Governo e oposição, forças políticas, económicas e sociais. Pretendo pois que a discussão do PEC não seja um mero ato formal. O Governo deseja gerar o

maior consenso possível neste desafio” e por isso será feito “um esforço determinado para que tal se verifique”, referiu o primeiro-ministro.

“O Governo apresentará um PEC que beneficiará das reformas estruturais que foram desenvolvidas na anterior legislatura mas que assumirá, sem hesitações, as consequências da necessidade de colocar o défice nos limites do pacto de estabilidade, em linhas com as decisões do Conselho Europeu”, disse.

O Programa de Estabilidade e Crescimento, a apresentar à União Europeia, “explicitará o caminho a seguir” para “equilibrar as contas públicas alcançando um défice inferior a 3% do PIB” até 2013.

# Aprovação do Orçamento é sinal de maturidade

**O Orçamento do Estado (OE) para 2010 e as Grandes Opções do Plano foram aprovados na generalidade, na Assembleia da República, no passado dia 11 de Fevereiro, com os votos favoráveis do PS, abstenção do PSD e CDS-PP, e votos contra de BE, PCP e Verdes.**

NO DISCURSO de encerramento do debate na generalidade da proposta de OE 2010, o ministro da Presidência, Pedro Silva Pereira, classificou a aprovação do diploma como um sinal de “responsabilidade” e “maturidade democrática”.

“Ao mesmo tempo o país dá para todos os agentes económicos, internos e externos, uma imagem de estabilidade política e de governabilidade, que é um contributo decisivo para o reforço da confiança nas nossas instituições”, afirmou, fazendo votos para que “nenhuma vicissitude” na vida interna do PSD afecte a estabilidade política.

“O PSD tinha anunciado, como todos se recordam, justamente em nome da responsabilidade, que adiaria a questão da liderança para depois do debate do Orçamento. Primeiro o país, depois o partido, era o que diziam, mas a verdade é que ainda não tinha terminado o primeiro dia do debate do Orçamento e já o país assistia, estupefacto, à apresentação de um candidato à liderança do PSD, precisamente à hora dos telejornais”, apontou Pedro Silva Pereira, manifestando de seguida que o Governo “sinceramente espera que nenhuma vicissitude partidária se constitua como um factor adverso à estabilidade política e contrário ao processo de recuperação da confiança, que são essenciais neste momento para os interesses do país”.

Na sua intervenção, Silva Pereira deixou claro também que “a estabilidade política e a garantia dos instrumentos de governabilidade não são um fim em si mesmos”.

“A responsabilidade a que o interesse nacional nos convoca vai mais longe e diz respeito a relançar a economia e a prosseguir o rumo de consolidação das contas públicas que dará sustentabilidade ao crescimento económico. E neste caminho de responsabilidade a confiança não é facultativa, mas uma condição essencial de sucesso”, sustentou.

Além do PSD, o ministro da Presidência criticou o CDS, dizendo que a posição deste partido “varia ao sabor das conveniências, segundo um único critério: onde lhe pareça que pode haver um voto para ganhar, o CDS está lá”.

Por sua vez, o ministro da Economia fez questão de deixar claramente expresso no hemiciclo de São Bento que “o Governo não faz as suas políticas, nem elabora o seu PEC com base em manchetes de jornais, quaisquer que elas sejam, ainda por cima manchetes normalmente mal lidas por quem as utiliza”.

## Políticas e manchetes

Vieira da Silva aproveitou para recordar que neste momento de crise foi disponibilizado para as PME “um volume de recursos e um conjunto de políticas como nunca aconteceu” em Portugal.

Antes, o ministro dos Assuntos Parlamentares, Jorge Lacão, clarificara perante os deputados as razões reais que levaram à ausência de um acordo entre o Governo e o CDS em matéria de Orçamento do Estado e que se prenderam com o carácter despesista das propostas populares face ao combate à crise.

Na sua intervenção, Jorge Lacão criticou Paulo Portas por tirar conclusões “verdadeiramente denegadoras da consideração mútua” que deve imperar na Assembleia da República, “por razões meramente eleitoralistas”, condenando também o que considerou ser uma “deslealdade parlamentar” da parte do líder do CDS.

Refutou ainda, categoricamente, a acusação de Portas que visou o primeiro-ministro sobre alegadas “atitudes intransigentes” mantidas durante as conversações sobre o Orçamento de Estado.

“Quando, numa tentativa de negociação, ela se conclui por não ter havido um entendimento sobre matérias em concreto, daí não se legitima que o resultado seja a renúncia de uma das partes e muito menos que o resultado seja a expressão da cobardia de quem quer que seja, como sugeriu o deputado Paulo Portas”, disse Lacão, destacando que antes e depois das negociações, “o reconhecimento democrático mútuo impõe-nos que nos saibamos respeitar, incluindo o respeito das nossas divergências”.

Enumerando propostas do CDS, como a previsão de “menos receitas no Programa de Estabilidade e Crescimento, mais receitas



em crescimentos das pensões mínimas, receitas incontroláveis ao nível do coeficiente familiar reivindicado, mais peso nas despesas na agricultura, segurança, políticas de desemprego e na lei das finanças regionais”, o ministro dos Assuntos Parlamentares concluiu que estas eram “claramente despesistas e inoportáveis para uma gestão de rigor, empenhada em garantir o que é essencial: conciliar os objectivos do combate à crise com os objectivos de controlo de défice e de uma gestão financeira rigorosa”.

## Escolarização universal no secundário

Por seu turno, a ministra da Educação, Isabel Alçada, assegurou aos deputados que “em breve” será atingida a meta da “escolarização universal no ensino secundário”, a manter-se o “acréscimo de inscri-

ções” verificado no ano lectivo de 2009-2010.

Na sua intervenção no debate parlamentar sobre o OE deste ano, Isabel Alçada enunciou as “linhas essenciais da política educativa do Governo”, entre as quais o alargamento da escolaridade obrigatória para 12 anos, o ensino profissional e a formação de adultos, a educação pré-escolar e a requalificação do parque escolar.

“São já visíveis efeitos positivos decorrentes do anúncio do alargamento e da oferta de vias profissionais diversificadas (...) No presente ano lectivo (2009-2010) verificou-se um acréscimo de inscrições nestes cursos na ordem dos 23 mil alunos. Se o ritmo de procura se mantiver idêntico ao deste ano, o nosso país poderá atingir em breve a meta da escolarização universal no ensino secundário”, disse.

Isabel Alçada apontou ainda o acréscimo “na ordem dos 29%”

do investimento na área das Novas Oportunidades na proposta de Orçamento para este ano, que contempla metas como o “acesso generalizado à Internet” ou a “disponibilização de computadores aos alunos abrangendo as cem mil crianças que frequentam o 1º ano de escolaridade”.

No capítulo da reabilitação do parque escolar, outra das metas, a par das “alterações ao estatuto da carreira docente” e do “lançamento de um novo modelo de avaliação de desempenho”, a governante adiantou que até 2015 a meta traçada passa por reabilitar 332 escolas e “estão já concluídas 19 e em obra ou em projecto estão 133 escolas”.

Isabel Alçada explicou também que “o que é visível na Assembleia, através da Imprensa, é uma ponta pequena do trabalho que é realizado pelo Ministério da Educação”.

Questionada depois sobre a possibilidade de ser escrutinada a

# de OE-2010 idade democrática



“ A estabilidade política e a garantia dos instrumentos de governabilidade não são um fim em si mesmos”

Pedro Silva Pereira

requalificação do parque escolar, um processo que foi alegadamente entregue “a uma empresa que se apoderou” do processo, Isabel Alçada declarou que “todos os relatórios estão publicamente disponíveis na Internet”.

Mas o tema haveria de ser retomado mais tarde no debate, com a ministra a endereçar um convite aos deputados da Comissão de Educação do Parlamento para visitarem escolas reabilitadas.

“Gostava que vissem directamente e pudessem analisar como o espaço educativo está transformado, como é possível fazer uma educação do século XXI”, disse.

Numa intervenção em que falou sempre de improviso, Afonso Candal, em nome da bancada socialista, fez uma síntese da obra realizada pelos governos de José Sócrates ao longo de cinco anos, abordando temas económicos, sociais e até mudanças operadas no sistema político.

Prosseguindo com a sua aplaudida intervenção Afonso Candal lembrou que, em cinco anos, os executivos de Sócrates reforçaram o combate à fraude e evasão fiscal, alteraram leis sobre o sigilo bancário, recuperaram dívidas em atraso perante o fisco, desagravaram o IRC das pequenas e médias empresas e criaram o escalão máximo de 42 por cento no IRS.

O vice-presidente da bancada do PS referiu-se ainda à reforma da Segurança Social no sentido da “sustentabilidade”, à defesa feita pelos socialistas em relação à introdução da limitação de mandatos para cargos políticos executivos e a mudanças na educação, Ensino Superior e Ciência.

Aprovado na generalidade, como se disse, o Orçamento do Estado para 2010 encontra-se em discussão em sede de especialidade. A votação final global do diploma está agendada para o dia 12 de Março. **M.R.**

## GOVERNO SABERÁ VENCER DE NOVO O DÉFICE DAS CONTAS PÚBLICAS

“TENHO a certeza que os portugueses apoiarão as medidas defendidas pelo Governo no sentido da correcção do défice”, disse o primeiro-ministro em Bruxelas, onde se deslocou para participar na cimeira extraordinária dos chefes de Estado e de Governo da União Europeia (UE).

José Sócrates afirmou não ter dúvidas de que os portugueses querem, passado o período de ajuda à economia para a recuperação, e passado o momento de recessão económica, o Executivo se volte agora de novo para o combate ao défice das contas públicas.

Defendeu que as medidas anunciadas de correcção são necessárias para que haja mais confiança na economia portuguesa, assegurando, deste modo, melhores condições de financiamento para Portugal, factor que considerou determinante para que o crescimento económico seja sustentado nos próximos anos.

Sócrates recordou ainda que quando eclodiu a crise o Estado foi o único que esteve em condições de ajudar as famílias, as empresas e os desempregados, justificando assim o actual aumento do défice das contas públicas.

O primeiro-ministro defendeu ainda que as linhas do Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) sejam debatidas, na defesa do interesse nacional, pelos parceiros sociais e pela Assembleia da República, “para que seja possível gerar o maior consenso possível”.

Refira-se que o PEC, a apresentar à União Europeia, é o documento onde se estabelecem as linhas mestras a seguir para equilibrar as contas públicas alcançando um défice inferior a 3% do PIB até 2013.

O chefe do Governo recordou ainda que a capacidade de reduzir o défice “algo que já demonstrámos saber cumprir entre 2005 e 2008” e que o Orçamento do Estado 2010 retoma, é um dos “nossos maiores activos”, porque evidencia a capacidade portuguesa “de honrar os compromissos, de defender as condições de financiamento da economia e de garantir as condições para o crescimento”.

Quanto ao apregoado congelamento salarial na Função Pública até 2013, o primeiro-ministro lembrou que o Governo ainda nada definiu sobre esta matéria, recordando estar na fase de elaboração do Pacto de Estabilidade e Crescimento, ou seja, “estamos a trabalhar para construir o cenário para 2010-2013”.

O primeiro-ministro português acrescentou ainda que a cimeira de Bruxelas deu à Grécia o sinal de solidariedade e confiança de que aquele país da UE necessitava para poder enfrentar a tarefa de reequilibrar as suas contas públicas, lembrando que a situação portuguesa “é incomparavelmente diferente da grega”, o que poderá ser constatado “pela leitura dos indicadores principais das contas públicas, como o défice e a dívida”. **R.S.A.**

# Assis critica propostas que aumentariam despesa pública

A BANCADA socialista saudou a postura dos partidos à sua direita por viabilizarem o OE para 2010, não deixando contudo de criticar os que produzem iniciativas que aumentam as despesas e reduzem as receitas.

O líder do Grupo Parlamentar do PS (GP/PS), Francisco Assis, desafiou o PSD a dizer qual seria a sua proposta de redução de endividamento. É que, explicou, “uma redução brutal do endividamento agora significava mais desemprego, o empobrecimento geral do país”.

O líder parlamentar socialista manifestou concordância com a opção do Governo de “continuar a garantir a retoma da economia e apoio ao emprego, ao mesmo tempo que há que ter atenção à redução do défice orçamental”.

Sobre o défice, que em 2009 foi de 9,3%, Francisco Assis defendeu que não se deveu ao descontrolo das contas públicas, mas sim “a uma opção de responder à crise financeira”.

“Tivemos este défice deliberadamente, foi um elemento fundamental para combater a crise”.

No primeiro dia de debate, na parte da tarde, Assis produziu uma intervenção logo após o discurso de Ferreira Leite, começando por saudar a “postura séria do PSD ao viabilizar o OE”, mas referindo que a actual liderança laranja “ficará marcada por excesso de descrença e um discurso derrotista, que não insufla esperança, incapaz de encontrar respostas para os problemas concretos”.

Ao contrário, frisou, “o PS considera que a melhor forma de enfrentar os problemas não é a descrença, mas sim que é preciso ter ideias, propostas concretas”.

Em resposta a Assis, José Sócrates



reiterou que “a economia portuguesa resistiu melhor que outros países à crise económica”.

“Entrámos na crise no mesmo momento que os outros e saímos primeiro que os outros”, afirmou, numa declaração que suscitou protestos da oposição.

O primeiro-ministro salientou que “há momentos em que o Estado tem de dar o exemplo”, justificando dessa forma o valor do défice de 2009.

Quanto a 2010, ano para o qual o Governo prevê um défice de 8,3%, Sócrates salientou que

“descer um ponto percentual é um esforço forte”, sublinhando que Portugal é dos países da zona euro que mais reduzem o seu défice este ano.

“Em 2010 mantemos a prioridade à economia, apoio ao desemprego mas daremos também um sinal claro de consolidação das contas públicas”, assegurou.

## Propostas assustadoras da direita

Já o vice-presidente da bancada socialista, Afonso Candal, consi-

derou que “confiança é acreditar no que se propõe ao país”, tal como acontece com o PS e o Governo, referindo que logo no primeiro dia de debate do Orçamento de Estado o PSD e o CDS/PP apresentaram “propostas terríveis e assustadoras de aumento da despesa, que levariam ao agravamento do endividamento do país”.

E afirmou que, “caso o PSD fosse responsável pelo Orçamento, porventura, não apostaria no investimento público para gera emprego, no apoio às empresas e famílias em dificuldades”, ao con-

trário do PS, que, por exemplo, frisou, “tem uma aposta reforçada neste OE na eficiência energética”, apresentasse

Na sua intervenção, Afonso Candal lembrou ainda ao líder do CDS/PP que não há nenhum deputado na AR a auferir quatro mil euros. “O vencimento líquido de um deputado é de 2460 euros”, explicou.

Já Eduardo Cabrita defendeu que “a redução do endividamento implica ter propostas, olhar para o país e apostar no futuro, como tem feito o Governo, e não o vazio e o discurso derrotista do PSD”.

E o deputado do PS perguntou: “Qual é o compromisso do PSD, é o do rigor e do relançamento da economia ou é o da eliminação do Pagamento Especial por Conta e o da revisão da Lei das Finanças Locais?”

Por sua vez, Strecht Ribeiro saudou o Governo por apresentar na actual conjuntura, “em que Portugal atravessa grandes dificuldades, fruto da crise económica mundial”, um Orçamento que, apesar desta “condicionante” é de “responsabilidade e de confiança” e ainda que “aposta no estímulo à criação de emprego a par do equilíbrio das contas públicas”.

O deputado socialista sublinhou ainda que o Governo tem como “eixo central” da sua acção as políticas sociais e elegeu como “vector fundamental” das suas políticas o combate ao desemprego.

Também pela bancada socialista interveio João Galamba, que acusou o Bloco de Esquerda de ter votado ao lado da direita a suspensão do Código Contributo que “era um instrumento fundamental no combate aos falsos recibos verdes e à precariedade laboral”. J.C.C.B.

## FAUL apoia proposta de OE apresentada pelo Governo

A COMISSÃO Política da FAUL, na sua reunião do passado dia 17 de Fevereiro, congratulou-se pela “enorme responsabilidade assumida pelo Governo” ao ter apresentado uma proposta de lei de Orçamento de Estado que mereceu a aprovação e generalidade na Assembleia da República e que o país necessita que seja aprovada na especialidade.

Neste sentido, os dirigentes da FAUL, pela voz do seu presidente Joaquim Raposo, salientam a importância da aprovação do OE “para a credibilização” do caminho que o país se propõe percorrer no corrente ano, tendo em consideração, “as metas a que Portugal se encontra vinculado no quadro da União Europeia”.

Na Comissão Política da FAUL foi ainda sublinhado o papel de forte liderança que o Governo deu mostras na credibilização das



finanças públicas e da economia, apesar, “dos ataques inconcebíveis e despidorados” a que nos últimos dias o Executivo e o primeiro-ministro foram sujeitos por parte de agentes financeiros internacionais.

No comunicado da Comissão Política da FAUL, sublinha-se também a serenidade demonstrada pelo primeiro-ministro que, “apesar dos ataques de que tem sido alvo”, soube manter “uma enorme elevação na governação do país”, pondo os interesses de Portugal como primeiro desígnio, “no quadro do mandato conferido democraticamente pelo povo português” e de acordo com a “melhor tradição do Partido Socialista” que ao longo da história democrática, “sempre soube ser o garante dos valores inerentes a um Estado de Direito democrático”.

## ELEIÇÕES NAS CONCELHIAS

ENTRETANTO, a FAUL marcou as eleições para as comissões políticas da Amadora, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Cascais, Lisboa, Loures, Mafra, Oeiras, Odivelas, Sintra e Vila Franca de Xira para o dia 30 de Abril de 2010, tendo ainda recomendado às secções de residência para realizarem as eleições para os seus órgãos em simultâneo com a eleição das comissões políticas concelhias. As secções sectoriais e temáticas terão eleições a 6 e a 8 de Maio. Refira-se também que o Secretariado da FAUL nomeou para os actos eleitorais internos uma Comissão Técnica Eleitoral composta pelos seguintes camaradas: João Serrano, Manuel Lage, Pedro Farmhouse, Custódia Fernandes, Carlos Oliveira, Gonçalo Velho e Telma Correia. R.S.A.



# Recuperar 400 milhões de dívida à Segurança Social

RECUPERAR 400 milhões de euros de dívidas à Segurança Social ao longo deste ano é o objectivo anunciado pela ministra Helena André, durante o debate na especialidade do OE-2010.

“Vamos continuar a apostar na recuperação das dívidas à Segurança Social”, disse a titular da pasta do Trabalho e da Solidariedade Social, reafirmando que o financiamento e a sustentabilidade da Segurança Social pública continuam a ser uma das principais preocupações do Governo e, neste âmbito, o combate à fraude e à fuga fiscais mantém-se como uma “forte aposta” do Governo socialista.

Respondendo ao deputado do PSD Adão Silva que a desafiou a fazer uma nova Lei de Bases da Segurança Social, Helena André foi peremptória: “O PS e o seu Governo não alinham em tentativas de plafonamento da Segurança Social”.

Por outro lado, a Helena André explicou que o saldo da Segurança Social não permitiu fazer a transferência anual de verbas para o FEFSS – Fundo Equilíbrio Financeiro da Segurança Social, recordando que a lei prevê que, quando não existam condições para esta transferência, ela não seja feita.

“O Estado tem tido capacidade de reforçar anualmente o mas, devido à situação de crise, a Segurança Social chega ao fim de um ano



triste com um saldo positivo, em que obviamente temos de fazer escolhas”, afirmou a ministra.

## 50 novos inspectores na Segurança Social

Tendo em vista uma visita uma mais adequada avaliação de recursos dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI) que será reforçada e terá uma periodicidade semestral, a ministra Helena André anunciou no Parlamento a abertura de um concurso interno para o recrutamento de 50

novos inspectores.

De acordo com a ministra, e com os dados da própria Segurança Social, em 2009 foram detectados aproximadamente 14% de irregularidades em pouco mais de 35 mil prestações do RSI, não estando, segundo Helena André, “ainda contabilizados os prejuízos decorrentes da atribuição indevida deste subsídio”.

Para o ano corrente, a meta do Governo, acrescentou ainda a titular do Ministério do Trabalho, é a fiscalização efectiva de 40 mil beneficiários desta prestação.

# Governo vai investir com os privados 1,9 mil milhões nas rodovias

O INVESTIMENTO previsto na rede rodoviária em 2010, ao nível das parcerias público privadas deverá rondar os 1,9 mil milhões de euros, garantiu o ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

António Mendonça falava numa audição no Parlamento sobre o Orçamento de Estado tendo adiantado que desta verba, cerca de 1,6 mil milhões de euros serão investidos nas concessões rodoviárias já em curso, enquanto que perto de 320 milhões serão canalizados “para a melhoria de algumas vias”.

De forma mais abrangente referiu que o Governo apresentará em breve o Plano Estratégico dos Transportes, o qual “vai permitir encontrar novas referências para os ajustamentos que importa introduzir” e olhar o sector “numa perspectiva de maior integração”.

Ainda sobre as concessões rodoviárias, o ministro defendeu a continuação das obras em curso, enquanto que os empreendimen-



tos que estão numa fase de projecto “vão aguardar e ser objecto de novas avaliações”.

António Mendonça teve ainda ocasião de desmentir de forma peremptória alguns deputados da oposição, garantindo que o Governo, ao apostar neste tipo de investimento público, quer “transmitir às gerações futuras activos e não dívidas”, sendo prova disso mesmo, segundo referiu, o facto de

em 2038 “todas as concessões estarão integralmente pagas passando então a gerar receitas líquidas”.

Finalmente, negou que o Executivo tenha já tomado qualquer decisão sobre a privatização da CP, afirmando que sobre esta matéria “nada está ainda decidido”, alertando que de momento apenas está em cima da mesa a discussão sobre os diferentes modelos empresariais para a CP. R.S.A.

# ALTERAR A FACE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Novas 19 lojas do cidadão de segunda geração vão abrir este ano, anunciou recentemente o ministro da Presidência, Pedro Silva Pereira. Esta aposta na modernização administrativa implica um investimento de 49,4 milhões de euros do Orçamento de Estado de 2010.

O objectivo deste alargamento da rede de lojas visa, segundo o governante, “alterar a face da Administração Pública”.

Para isso, avançou, está já “contratualizada” com os municípios esta expansão da rede de lojas do cidadão.

Ao intervir na Assembleia da República, no debate na especialidade do Orçamento para as áreas que tutela, Pedro Silva Pereira adiantou também que no primeiro trimestre de 2010 ficará pronto um segundo plano político para a integração dos imigrantes, que vigorará até 2013 com vista a promover o “efectivo acesso aos direitos sociais”.

Destacou ainda o papel da Lei da Nacionalidade, que desde a sua entrada em vigor, há três anos, conferiu automaticamente nacionalidade portuguesa a “18.400 crianças” filhas de estrangeiros.

Para o Instituto Português do Desporto, também sob a tutelada Presidência do Conselho de Ministros, vão 79,5 milhões de euros, 63 dos quais provenientes dos jogos sociais.

Este dinheiro irá para os projectos olímpicos e para-olímpicos, centros de alto rendimento desportivo e a requalificação do Complexo Desportivo do Jamor.

O Instituto Português da Juventude recebe este ano 25,2 milhões de euros para apoiar o associativismo e a “promoção de estilos de vida saudáveis”, referiu Pedro Silva Pereira, acrescentando que o Governo vai lançar durante 2010 um total de “26 mil estágios profissionais”. M.R.



# CONCURSO PARA NOVOS ELEMENTOS DAS FORÇAS DE SEGURANÇA SÓ APÓS APROVAÇÃO DO OE

A ABERTURA do novo concurso para a admissão de mais elementos das forças de segurança da PSP e da GNR será tomada “após a aprovação do Orçamento de Estado (OE)”, anunciou Rui Pereira na audição sobre o OE-2010 para o Ministério da Administração Interna.

Na ocasião anunciou ter já as propostas para as novas admissões escusando-se contudo a avançar com o número exacto das mesmas.

O que está previsto na proposta do Governo “encontra-se referenciado no seu programa”, adiantando não estar em condições de prestar mais nenhuma declaração adicional sobre esta matéria até à aprovação do OE.

Só com a aprovação final deste instrumento, defendeu, será então possível “fornecer a base de cabimento que é necessário para se poder desencadear os procedimentos a seguir no futuro concurso”.

Quanto à hipótese avançada de admissão de mil novos elementos para cada uma das forças de segurança, Rui Pereira lembrou que esse foi apenas o número proposto “aguardando agora a aprovação final do Orçamento”. R.S.A.



# Gago sublinha aumento do financiamento público no ensino superior

“NOS últimos anos foi aumentado o financiamento público em Portugal no ensino superior. A totalidade das verbas por estudante têm subido”, afirmou o ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Mariano Gago.

Perante os deputados das Comissões Parlamentares de Educação e Ciência e Orçamento e Finanças, no âmbito do Orçamento de Estado para 2010, Mariano Gago salientou que, “hoje, o Estado já apoia com bolsas de estudo mais de 21% do total dos estudantes do ensino superior”, frisando ainda que o orçamento disponível para a acção social no ensino universitário em 2010 foi reforçado em mais 16 milhões de euros.

Na audição, o ministro reconheceu “atrasos excessivos e inaceitáveis” na atribuição de bolsas de estudo, mas rejeitou liminarmente qualquer responsabilidade da tutela na transferência de verbas para as universidades e politécnicos. “Face a atrasos excessivos e naturalmente inaceitáveis no interesse dos estudantes procurámos ajudar as próprias instituições a superar as razões desses atrasos”, afirmou.

Mariano Gago fez questão de frisar que da parte do seu ministério “não houve, não há, nem haverá” quaisquer atrasos na transferência de verbas justificadas pelas instituições para pagamento de bolsas de estudo.

O ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior lembrou que o Governo decidiu estipular



prazos limitados de resposta aos pedidos de bolsa, renovação ou alteração, e criou uma plataforma que permite dispensar documentos aos serviços e aceder a informações relevantes noutros serviços públicos.

“Decidimos adoptar um mode-

lo de contratualização plurianual da atribuição da bolsa de estudos por todo o período do ciclo de estudos”, afirmou Mariano Gago, anunciando que o mesmo estará em aplicação “no início do próximo ano lectivo”.

Mariano Gago anunciou também

a intenção de reforçar as condições de apoio hoje previstas para estudantes bolsistas que tenham necessidade de se deslocar por força da frequência de estágios curriculares.

O ministro defendeu ainda a política de empréstimos aos alunos do ensino superior introduzida

pelo Governo. “Muitos estudantes já há muito tempo contraíam empréstimos em condições leoninas junto de instituições bancárias. Agora, há uma garantia do Estado, sem contrapartidas, sem fiador, permitindo empréstimos a juros bonificados”. J. C. C. B.

## Isabel Alçada defende gestão inovadora do parque escolar

“O MINISTÉRIO da Educação não irá alienar o património público que são as escolas portuguesas”, afirmou a ministra da Educação, Isabel Alçada, defendendo que a transferência do património para a Parque Escolar “é uma medida de gestão inovadora, que trará benefício público”.

Falando no debate na especialidade do Orçamento de Estado para 2010 na área da Educação, Isabel Alçada disse que “a manutenção dos equipamentos e edifícios não pode ser feita de um modo amadorístico”, já que, frisou, “precisamos de competência técnica para que esta manutenção seja feita”.

A ministra esclareceu ainda que durante a segunda fase do Programa de Requalificação das escolas secundárias apenas 5% do total das obras foi por ajuste directo e os restantes 95% por concurso.

Por outro lado, Isabel Alçada referiu que o novo Acordo Ortográfico deverá chegar às escolas no ano lectivo 2011-2012. Questionada pelos deputados sobre



o investimento em formação docente para as novas regras da língua portuguesa, a ministra disse que não fazia sentido investir em formação de professores nesta matéria, numa altura em que o país atravessa uma crise financeira, adiantando que os docentes serão sensibilizados e terão os recursos necessários à sua disposição.

Isabel Alçada considerou que é possível com base em formação escrita disponibilizar aos professores o suficiente para assimilarem aquilo que é necessário para compreender o Acordo Ortográfico.

Referindo que não é um domínio que “exija investimento em sessões presenciais e acções”, a governante defendeu que “basta disponibilizar informação que as pessoas vão colhê-la e podem perfeitamente adequar a partir dessa informação as novas normas do Acordo Ortográfico à sua prática”.

Segundo adiantou ainda a ministra, há já uma equipa a trabalhar nesta informação e o Ministério da Educação tem estado sempre em contacto com as editoras.

ENTREVISTA AO CAMARADA ARONS DE CARVALHO

# “É chocante a utilização de escutas”

A ideia que tentam passar alguns *opinion makers* e forças políticas de que há restrições à liberdade de informação é “fruto de meros interesses ligados à luta partidária”, denuncia Arons de Carvalho, sublinhando que todos os dias as televisões, as rádios e os jornais “constituem o melhor desmentido dessa infundada acusação”. Em entrevista ao “Accção Socialista”, o fundador do PS e ex-secretário de Estado da Comunicação Social considera que o objectivo subjacente às audições da Comissão de Ética é o de “desgastar a imagem do Governo e do primeiro-ministro”, defendendo que “teremos de lutar nesse terreno, denunciando o vergonhoso comportamento ético de alguns jornalistas”.

**Espera que das audições na Comissão de Ética saia um contributo para melhoria da qualidade e transparência da informação no país?**

A sucessão de audições a este vasto conjunto de pessoas ligadas ao sector poderia constituir uma boa ocasião para uma reflexão sobre o tema. No entanto, não creio que o resultado venha a ser esse. O objectivo subjacente à iniciativa é o de criar um maior desgaste à imagem do Governo e do primeiro-ministro. Quando existe um governo sem apoio de uma maioria parlamentar, este tipo de iniciativas torna-se um instrumento de luta partidária. Portanto, para a reflexão sobre a informação que temos, pouco adiantará. De qualquer forma, teremos de lutar também nesse terreno, aí denunciando o vergonhoso comportamento ético de alguns jornalistas.

**Nessa comissão o PS pretende ver discutidas, designadamente, questões como a transparência da propriedade dos órgãos de Comunicação Social e a influência do poder económico e político sobre os respectivos meios e a generalização da precariedade dos vínculos laborais da classe jornalística e consequências sobre o desempenho dessa actividade. O que pensa destas questões?**

Este debate está a tornar mais clara ainda a necessidade de uma legislação sobre a transparência e a não concentração da propriedade da Comunicação Social, como aquela que o Parlamento aprovou na legislatura passada, mas que seria vetada pelo Presidente da República. Por outro lado, importaria igualmente tomar iniciativas que impedissem a precariedade dos vínculos laborais dos jornalistas.

**O que pensa das condições do exercício do direito de participação dos jornalistas na orientação editorial, através dos conselhos de redacção, e das condições de**

**detenção dos órgãos de Comunicação Social por parte de entidades com participação estatal?**

Os conselhos de redacção constituem um adequado instrumento de participação dos jornalistas. No Estatuto do Jornalista aprovado na legislatura passada, o elenco das competências dos conselhos foi mesmo aumentado. Os conselhos podem constituir uma forma de limitar a influência dos detentores do capital da empresa nos conteúdos editoriais. Pena é que em muitos órgãos de informação os jornalistas não tenham tomada a iniciativa de os constituir, concretizando esse seu direito.

**Que comentário lhe merece as várias acusações ao Governo por alegadas interferências na Comunicação Social?**

O que até agora vi foram interpretações feitas por jornalistas de interpretações alegadamente feitas por magistrados com base em extractos de escutas feitas a pessoas que não pertencem ao Governo nem a gabinetes de membros do Executivo. É pouco, muito pouco para provar seja o que for. Por outro lado, vejo a Comunicação Social participar na vida política e social com total liberdade, o que constitui o melhor desmentido a essas atoardas. Entretanto, considero chocante a utilização de escutas. Como alguém dizia, as escutas ou servem para a justiça ou não deveriam servir para nada.

**Observador privilegiado das questões relacionadas com a Comunicação Social, desde até antes do 25 de Abril, o que acha da tentativa de alguns *opinion makers* e forças políticas que tentam passar a mensagem de que há restrições e condicionamentos à liberdade de informação?**

Desvalorizo essas críticas, fruto de meros interesses ligados à luta partidária. Aliás, todos os dias as televisões, as rádios e os jornais, para não referir os jornais on-line ou a blogosfera constituem o me-



lhor desmentido dessa infundada acusação.

**Como vê a qualidade da Imprensa, Rádio e TV? São neste momento veículos que cumprem a sua missão de informação, entretenimento e assim contribuir para a elevação do conhecimento e cultura dos portugueses?**

Como noutras épocas, essa qualidade é desigual. No entanto, preocupa-me a crescente superficialidade e o sensacionalismo de alguma comunicação social, a inexistência de auto-regulação dos jornalistas e a insensibilidade de muitos para os direitos dos cidadãos ao bom nome e reputação e à intimidade da vida privada. A Comunicação Social e os jornalistas estão convencidos que as regras do sector se limitam a assegurar os seus direitos. Esquecem-se demasiadas vezes dos seus deveres e da responsabilidade social da Comunicação Social.

**Apesar do aumento extraordinário registado nos últimos anos ao nível da escolaridade, nomeadamente no ensino superior, o que é certo é que tal não se reflecte no aumento das vendas dos jornais. Qual a explicação para este fenómeno?**

Portugal tem índices de leitura de jornais muito baixos, mesmo dos mais baixos da Europa. Esse facto agrava-se nas gerações mais novas, mesmo de maior escola-

sobretudo devido à crise económica internacional. Numa situação destas, impõe-se que exista um governo forte, com capacidade e coragem para assumir os desafios que tem pela frente. Acontece que nas últimas eleições, em grande medida devido às mentiras propaladas em torno do caso Freeport – o que o noticiário das sextas-feiras da TVI fez não tem perdão... –, o PS perdeu a maioria absoluta que tinha. É hoje bem mais difícil concretizar as medidas necessárias, algumas delas seguramente impopulares. Será mais difícil combater a crise, mas acredito que iremos conseguir.

**Assistimos recentemente à publicação pelo semanário “Sol” de excertos das escutas que estavam em segredo de justiça e que estão alegadamente relacionadas com o caso designado por “Face Oculta”. Qual o impacto desta iniciativa na credibilidade da justiça portuguesa? E no nosso Estado de Direito?**

Diria que a justiça de alguma forma caiu na rua. A sistemática violação do segredo de justiça constitui um facto da maior gravidade, tanto mais que nunca são apurados os responsáveis por esses atropelos. Isso faz com que os juízes estejam, em grande medida, a ser substituídos pela Comunicação Social. De que serve uma sentença que absolva um réu ou uma decisão judicial que retire alguém do rol dos arguidos, inocentando-o, se a Comunicação Social já a condenou? Muitas vezes, aliás, a acção da justiça tem bem menos impacto mediático do que o “julgamento”, muitas vezes sumário, realizado pelos media...

**Até que ponto é legítimo invocar o direito a informar e à liberdade de expressão quando está em causa o normal funcionamento dos processos judiciais, a credibilidade dos magistrados e dos políticos, e a estabilidade institucional?**

Ao contrário do que pensam muitos jornalistas, o direito a informar tem limites, um dos quais é o direito ao bom nome e reputação dos cidadãos, mesmo dos políticos, que pela natureza dos cargos que exercem têm esse direito mais comprimido. Por outro lado, a violação do segredo de justiça coloca muitas vezes em causa, de forma grave e irreversível, a eficácia das investigações.

**Cabe à Comunicação Social, à luz da sua própria deontologia, ser tribuna e/ou tribunal?**

Eu até admito que seja uma espécie de tribunal da opinião pública, mas não pode anular ou condicionar o outro tribunal...o poder judicial.

“A violação do segredo de justiça coloca muitas vezes em causa, de forma grave e irreversível, a eficácia das investigações”

ridade, que passam muitas horas navegando na Internet, onde lêem jornais on-line, mas não compram jornais. Isso obrigará a Imprensa, tal como acontece em outros países onde o problema não assume a acuidade que tem entre nós, a apostar fortemente, diria mesmo prioritariamente, nas versões on-line, sob pena de desaparecerem do mercado.

**Fundador do PS, primeiro líder da JS, ex-dirigente nacional, deputado durante várias legislaturas e ex-secretário de Estado da Comunicação Social, como é que o camarada Arons de Carvalho vê o actual momento político e a qualidade da nossa democracia?**

Vejo com preocupação. Portugal atravessa um período muito difícil,

OPINIÃO



**ACÁCIO PINTO**  
Deputado do PS - Viseu

*O Governo tem vindo a prosseguir o seu trabalho no sentido da modernização do país, através da aposta no aprofundamento tecnológico*

## TECNOLOGIA & COMPETITIVIDADE\*

PESE embora todo o pessimismo que a oposição tenta incrustar na sociedade portuguesa e que em nada contribui para o aumento da confiança, tão necessária para o crescimento da economia, o Governo tem vindo a prosseguir o seu trabalho específico no sentido da modernização do país, através da aposta no aprofundamento tecnológico.

Vou dar alguns exemplos concretos para que cada um possa avaliar as opções tomadas pelo Governo e construir os seus juízos de valor relativos a cada caso e que, em minha opinião, aumentam, substancialmente, a competitividade das empresas e dos territórios.

Primeiro: As Redes de Nova Geração (adjudicadas recentemente) que irão dotar o interior, e dentro deste os espaços mais rurais, com redes electrónicas que combaterão a info-exclusão e permitirão comunicações rápidas e de grande tráfego em todo o território, combatendo assim a tão criticada assimetria litoral-interior. Estas serão também as “auto-estradas” do futuro que podem contribuir, grandemente, para que empresas de forte base tecnológica se possam instalar também no interior. O investimento global é de mais de 150 milhões de euros, criará 20 mil postos de trabalho e abrangerá, também, todos os concelhos mais rurais do distrito de Viseu.

Segundo: Em 2009 Portugal exportou 1300 milhões de euros em serviços tecnológicos, o que significa o triplo do que havia exportado em 2004. Ora isto vem demonstrar que a aposta que, desde 2005, o Governo tem vindo a fazer nas tecnologias em geral se está a revelar de grande importância para a modernização da nossa economia e para o incremento da fixação de empresas de ponta em Portugal que vêm aumentar a nossa capacidade exportadora. Como exemplos, neste âmbito, podemos avançar a vulgarização do uso de pc's, a criação do centro Nokia Siemens onde trabalham 600 engenheiros e que serve 17 milhões de clientes em 20 países, as unidades tecnológicas ligadas às energias renováveis e diversas empresas de software especializado que está a ser utilizado por grandes empresas em todo o mundo (p.e. NASA).

Terceiro: A interligação dos serviços on-line dos Governos de Portugal e de Espanha que irá acontecer a partir do mês de Março e contribuirá para que os cidadãos espanhóis e portugueses e nomeadamente as empresas possam aumentar a sua competitividade. Como exemplo destacam-se a possibilidade de um cidadão português, utilizando o seu Cartão de Cidadão, poder inscrever on-line trabalhadores seus no Ministério do Trabalho e da Imigração Espanhol e a possibilidade de um cidadão espanhol poder, utilizando o seu Documento Nacional de Identificação, constituir on-line uma empresa através do Portal da Empresa Português. Ora esta interligação vem, também, através da tecnologia, conferir mais competitividade às empresas.

Três exemplos que ficam, que atestam o trabalho e o investimento do Governo no âmbito das tecnologias e que conferem, em minha opinião, modernidade aos países e competitividade às empresas.

\*Publicado no “Diário de Viseu”

## Hospitais públicos vão cuidar do problema da obesidade

NO ÂMBITO de um programa lançado pelo Ministério da Saúde, os hospitais públicos portugueses vão realizar 2500 cirurgias de tratamento da obesidade ao do corrente ano.

O período de espera passará a ser no máximo nove meses para uma intervenção cirúrgica, invertendo o que sucedia até aqui em que o tempo de espera poderia estender-se até aos 15 meses, enquanto para uma consulta pré-operatória de avaliação multidisciplinar o doente aguardará no limite dois meses.

Este programa de tratamento cirúrgico da obesidade, à semelhança do Programa de Intervenção em Oftalmologia, visa também, segundo a ministra da Saúde, “melhorar a resposta do Serviço Nacional de Saúde (SNS)”.

O objectivo desta iniciativa, como acentuou Ana Jorge, é proporcionar um rápido acesso dos doentes à cirurgia e “em tempo adequado”, recordando que a obesidade é já considerada pelas autoridades internacionais, designadamente a Organização Mundial de Saúde (OMS), como um sério problema de saúde pública, constituindo mesmo um dos novos desafios do século XXI.

O Programa de Tratamento



Cirúrgico da Obesidade será aplicado em 19 hospitais públicos de todo o país, estando simultaneamente a ser preparada já a contratualização com algumas unidades de saúde privadas, depois de devidamente reconhecidas pela Direcção-Geral da Saúde, e que responderão sempre aos casos para os quais o SNS venha a demonstrar falta de capacidade.

Mas, como destacou o secre-

tário de Estado da Saúde, Manuel Pizarro, este programa pretende fundamentalmente “reforçar a ambição do SNS” e dar resposta a pelo menos 75% dos casos.

O financiamento associado à primeira fase do programa de tratamento cirúrgico nos hospitais públicos será de cerca de 9,6 milhões de euros sendo que o custo das cirurgias, incluindo a avaliação pré-

operatória, rondará os 3377 euros no caso da banda gástrica e de 4295 euros no caso do recurso ao “bypass”.

Contudo, para a ministra da Saúde, o problema da obesidade não se resolve só com o recurso à cirurgia, havendo igualmente necessidade, como defendeu, de paralelamente promover novos hábitos alimentares e de vida saudáveis. **R.S.A.**

## Governo alarga isenção das taxas moderadoras

AS ISENÇÕES de pagamento de taxas moderadoras vão ser alargadas a dadores vivos de órgãos ou de células e a militares e ex-militares, de acordo com a medida aprovada em Conselho de Ministros do dia 12 e que se estima irá abranger um universo de 20 mil pessoas.

Segundo a ministra da Saúde, Ana Jorge, o decreto-lei agora aprovado “estabelece a isenção do pagamento de taxas moderadoras em situações que envolvam transplantes de órgãos ou células, bem como para os militares e ex-militares das Forças Armadas que, em



virtude da prestação do serviço militar, se encontrem incapacitados de forma permanente”.

Ana Jorge adianta que, “por isso, estabelece-se uma isenção para dadores de órgãos vivos ou para tudo aquilo que estiver relacionado com exames, ou ainda actos de saúde necessários para a colheita quer destes órgãos, quer de colheitas de medula”.

A ministra da Saúde defendeu ainda que, assim, se facilita a doação de órgãos “para a melhoria das condições de vida das pessoas”. **J.C.C.B.**

## Sistema de emergência responde às necessidades das populações

O SISTEMA de emergência nacional, referindo que este “melhorou drasticamente” nos últimos anos e está hoje em condições de responder de modo adequado às necessidades das populações, considerou o secretário de Estado Adjunto da Saúde, Manuel Pizarro.

Manuel Pizarro sublinhou ainda que o número de meios no terreno, quer de viaturas de reanimação com suporte imediato de vida, quer ambulâncias do próprio INEM ou alocadas aos bombeiros, “teve uma evolução enorme nos últimos anos”, sendo que a utilização desses meses “duplicou”

no mesmo período.

“Hoje temos o dobro dos atendimentos diários do que tínhamos há três ou quatro anos, isto revela bem a evolução do sistema”, frisou, recordando que, “há três ou quatro anos, não havia enfermeiros no INEM e que hoje há mais de 100”.

# Museu dos Coches será inaugurado em 2012

A CÂMARA Municipal de Lisboa demonstra uma visão “cosmopolita e universalista” nas opções que tem tomado na requalificação da zona ribeirinha, salientou o primeiro-ministro na cerimónia do lançamento da primeira pedra do novo Museu dos Coches, em Belém, ocasião em que elogiou também o projecto do arquitecto brasileiro Paulo Mendes da Rocha.

Sócrates falava após a intervenção do presidente da autarquia, António Costa, do secretário de Estado do Turismo, Bernardo Trindade e da ministra da Cultura, Gabriela Canavilhas, para quem este novo equipamento cultural representa, também “um olhar atento aos sinais do tempo”, garantindo que é a sociedade que tem vindo a “exigir mais qualidade no consumo cultural”.

Para a responsável pela pasta da Cultura, a decisão de relocar o Museu dos Coches reflecte a “ambição cultural” compreendida no plano estratégico de requalificação da frente ribeirinha de Lisboa, em particular, como salientou, “no que respeita ao



eixo Ajuda-Belém”.

José Sócrates, por sua vez, para além de enaltecer o papel determinante desempenhado

pela arquitectura, salientou o seu orgulho por Portugal “possuir das escolas de arquitectura mais conhecidas do mundo”.

Voltando a sua atenção para a Câmara Municipal de Lisboa, o primeiro-ministro homenageou as opções políticas dos respon-

sáveis autárquicos referindo que têm compreendido bem que “a alma portuguesa foi sempre cosmopolita e universalista”, congratulando-se depois pela escolha “da zona mais nobre de Belém” para que as melhores escolas de arquitectura do mundo pudessem ali surgir com os seus projectos.

O futuro Museu dos Coches, que deverá abrir em 2012 vai nascer onde antes eram as antigas oficinas gerais de material aeronáutico, apontando o projecto do arquitecto brasileiro para um edifício totalmente branco, com cerca de 15 mil metros quadrados e totalmente assente sobre pilares fazendo ainda parte do projecto um conjunto envolvente de espaços verdes, circuitos pedonais e ciclovias.

A futura colecção será composta por coches dos séculos XVII, XVIII e XIX, a maior parte oriundas do actual museu, situado nas antigas cocheiras do Palácio de Belém, sendo o espólio acrescentado por unidades provenientes do núcleo museológico de Vila Viçosa. R.S.A.

## O grande investimento é na educação

NO PRÓXIMO mês de Maio vai avançar uma nova fase do Parque Escolar, com investimentos superiores a dois mil milhões de euros nas escolas, o que levará à criação de 30 mil postos de trabalho.

Na opinião do primeiro-ministro, o melhor investimento para combater a crise passa, por um lado, pela requalificação das escolas, e, por outro, pela aposta na educação, constituindo ambas, na sua perspectiva, “a melhor forma de homenagear a República”.

Sócrates falava na inauguração das renovadas instalações da escola secundária Carolina Michaelis, no Porto, tendo defendido que o dinheiro que o Governo está a aplicar nas escolas “é o melhor investimento que podemos fazer para combater a crise, para dar emprego e oportunidades às empresas portuguesas” sendo que ao mesmo tempo, “estarmos a intervir num sector que é absolutamente fundamental para o sucesso económico do nosso país”.

Uma nova escola “é sempre um novo começo que significa um impulso para a construção de um Portugal melhor”, considerou ainda José Sócrates, apelidando de “ambicioso” o programa do Parque Escolar.

O movimento de requalificação



dos estabelecimentos de ensino, disse, tem como objectivo prioritário proporcionar que nas escolas “coexista ambição de futuro com um espaço físico moderno”, sublinhando que apesar de todas as divergências em várias áreas, há um ponto em que o consenso existe e que passa pelo princípio de que o sucesso económico do país depende do investimento que “formos capazes de fazer na área do conhecimento, da educação,

da ciência e das qualificações”.

Por isso, defendeu, já na inauguração das novas instalações da escola secundária Filipa de Vilhena, na presença do secretário de Estado da Educação, João Mata, da governadora civil do Porto, Isabel Santos, e do presidente da Câmara Municipal, Rui Rio, que a melhor forma de combater a crise é “encararmos estas áreas com um ambicioso

programa de investimentos”.

Uma iniciativa que representa, em sua opinião, uma boa maneira de apostar no futuro, estando, ao mesmo tempo “também a honrar o passado”.

Garantiu não ter dúvidas que se pudesse escolher um investimento que fosse capaz de simbolizar o regime republicano, “seria no trabalho que estamos a desenvolver na qualificação da educação e na requalificação das escolas”. R.S.A.

## MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA COLOCAR PORTUGAL NO TOP EUROPEU DAS REDES DE NOVA GERAÇÃO

“PORTUGAL tem a ambição de se tornar um dos primeiros países da Europa a estar totalmente coberto com redes de nova geração”, afirmou no dia 24 o primeiro-ministro, José Sócrates, na sessão de abertura da conferência internacional do conselho europeu de fibra óptica, no Parque das Nações, em Lisboa, que juntou mais de dois mil participantes.

Na sua intervenção, José Sócrates, que teve ao seu lado na conferência o ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, António Mendonça, disse que para atingir este objectivo “foi estabelecida uma parceria entre o Estado e os operadores. “Pela sua parte, o Estado assumiu um quadro regulatório claro e transparente, porque só assim os operadores podiam tomar decisões de investimento informadas, e garantiu a criação de linhas de crédito de apoio para a concretização destes objectivos”, disse.

Citando dados que foram divulgados pelos organizadores desta conferência internacional, o primeiro-ministro salientou que Portugal está “entre as principais economias europeias no que respeita ao mercado de fornecimento da fibra óptica até à casa do utilizador”.

E adiantou que “o número de subscritores do serviço de acesso à fibra óptica em Portugal cresceu 186 por cento em apenas um ano, atingindo 41500 em Dezembro de 2009. O número de casas passadas por redes de fibra óptica atingiu no país 1,150 milhões no final do ano passado, o que representa um crescimento de 475% em apenas um ano”.

Para o primeiro-ministro, “estes resultados impressionantes mostram bem a ambição da aposta do país, que se tem traduzido em avanços da sociedade de informação”.

Ainda segundo Sócrates, Portugal é o país da Europa que “lidera o Governo electrónico, quer em sofisticação, quer em disponibilização de serviços públicos on-line, quando há cinco anos ainda ocupava a 16ª posição”, mas frisou que “este caminho de modernização tecnológica é um caminho sem fim. É uma aposta que tem de ser permanentemente renovada”.

# Governo avança com apoios ao sector agrícola

O FORTALECIMENTO e competitividade da agricultura nacional passa por uma aposta sustentada na internacionalização das empresas do sector, garante o ministro da tutela que dá como exemplo uma herdade situada no concelho alentejano de Elvas, de capitais espanhóis e italianos.

António Serrano lembrou que esta herdade, beneficiária de um apoio estatal de 2,5 milhões de euros ao abrigo do Programa de Desenvolvimento Rural (Proder), tem em curso um projecto de investimento de quase 24 milhões de euros destinados à plantação de pomar, olival, a par da construção de uma central hortofrutícola e de um lagar de azeite.

Para o titular da pasta da Agricultura, esta empresa virada em 80% para a exportação, representa um “excelente exemplo” e uma motivação acrescida para que o sector.

O Governo, garante António Serrano, vai continuar a postar na internacionalização do sector agrícola e agro-industrial, estando neste sentido a trabalhar na criação de um programa de apoio ao agricultor, ajudando-o a que



produza de forma sustentada não só para o mercado interno, “mas também voltando-se para o exterior”, de modo a que os produtos portugueses “cheguem às cadeias internacionais”.

## Novas tecnologias chegam às zonas rurais

Entretanto, o Governo garantiu que as zonas rurais do Norte, Centro, Alentejo e Algarve vão

passar a ter acesso a comunicações electrónicas de alta velocidade através do desenvolvimento de Redes da Nova Geração (RNG), uma iniciativa que custará cerca de 156,5 milhões de euros, pre-

vendo-se que possa abranger um milhão de pessoas e criar mais de 20 mil postos de trabalho.

Os contratos foram adjudicados pelo Governo às empresas que as vão implementar, numa cerimónia que decorreu na cidade de Évora a qual foi presidida pelo primeiro-ministro, e que contou ainda com a presença do ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, António Mendonça, e do secretário de Estado Adjunto, Paulo Campos.

Sócrates destacou a aposta que desde 2005 o Governo português tem vindo a fazer nas novas tecnologias de informação e comunicação, facto que, sublinhou, proporcionou que o país esteja hoje “na linha da frente” em alguns domínios, não só a nível europeu, mas também “a nível mundial”.

Isto mesmo fica demonstrado pelos números positivos alcançados pela balança tecnológica portuguesa em 2007, ou seja, “o país a partir desse ano passou a exportar mais do que a comprar no estrangeiro”, situação que, aliás, se manteve, como recordou, quer em 2008, quer em 2009. **R.S.A.**

## PORTUGAL EM TRAJECTÓRIA DE RECUPERAÇÃO ECONÓMICA

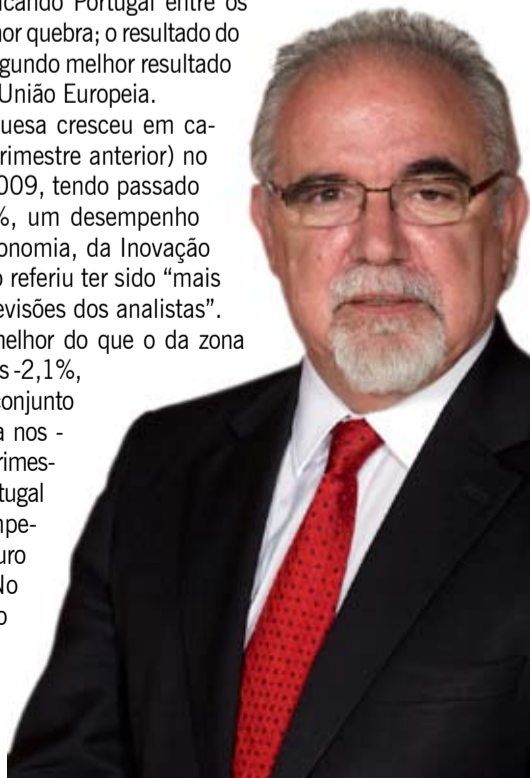
“A ECONOMIA portuguesa está longe da recessão e numa trajectória de recuperação económica”, afirmou o ministro da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento no final da reunião do Conselho de Ministros de 12 de Fevereiro.

Vieira da Silva sublinhou que o crescimento económico do quarto trimestre de 2009 dependeu do aumento das exportações, o que, na sua opinião, “mostra a melhoria da capacidade exportadora da economia portuguesa”.

A economia da União Europeia (UE), segundo dados divulgados pelo Eurostat, contraiu-se em 4,1% no ano de 2009, enquanto a economia portuguesa só se retraiu 2,7%, ficando Portugal entre os quatro países com menor quebra; o resultado do último trimestre é o segundo melhor resultado dos já conhecidos na União Europeia.

A economia portuguesa cresceu em cadeia (em relação ao trimestre anterior) no último trimestre de 2009, tendo passado de -2,5% para -0,8%, um desempenho que o ministro da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento referiu ter sido “mais positivo do que as previsões dos analistas”.

Este resultado foi melhor do que o da zona euro, que está ainda nos -2,1%, e melhor do que do conjunto da UE, que está ainda nos -2,3%. Este é o quarto trimestre consecutivo que Portugal regista melhor desempenho do que a zona euro e União Europeia. No que respeita à variação homóloga, o Produto Interno Bruto é ainda inferior em 0,8% ao do quarto trimestre de 2008.



## Microcrédito de 15 milhões para fomentar emprego

NO SEGUNDO semestre do ano será lançado um programa de microcrédito no valor de 15 milhões de euros e será aberta até Junho uma linha de crédito para o sector social da economia de 12,5 milhões de euros.

As duas medidas, que foram apresentadas em conferência de Imprensa pela ministra do Trabalho e da Solidariedade Social, Helena André, fazem parte de uma resolução aprovada pelo Governo, que cria o Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Economia Social (PADES).

Helena André disse que o PADES poderá abranger cerca de 8900 entidades do sector social, que emprega 257 mil trabalhadores, representando um encargo financeiro anual de 53,5 milhões de euros.

O programa nacional de microcrédito tem como objectivo “fomentar a criação de emprego e a capacidade de empreender entre as populações com maiores dificuldades de acesso ao mercado de trabalho”.

A ministra salientou que o microcrédito tem como alvo prioritário os desempregados que podem desenvolver por conta própria iniciativas empresariais.



“Muitas vezes precisam apenas de um empréstimo de baixo valor para ajudar a pôr de pé os seus projectos”, sustentou.

Helena André explicou que o Estado disponibilizará “não só o acesso ao crédito, mas, sobretudo, prestará apoio técnico na criação e consolidação dos projectos empresariais”.

E acrescentou que “o microcrédito será feito a partir de crédito concedido por instituições bancárias e sociedades financeiras de microcrédito. O Governo garantirá estes empréstimos bonificados”.

Já a linha de crédito bonificada para o sector social, no valor de 12,5 milhões de euros, será um instrumento de “modernização da gestão e dos serviços prestados às comunidades”, permitindo ainda “o reforço das tesourarias e a liquidação de dívidas junto

de instituições de crédito ou fornecedores”.

Helena André referiu neste contexto que a linha de crédito será gerida pela Cooperativa António Sérgio e “dinamizará as actividades deste sector, apoiando a capacidade de investimento”.

A ministra do Trabalho sublinhou que o PADES também desenvolverá programas de formação profissional, criará um programa de apoio à qualificação das entidades do sector social, assim como um Conselho Nacional para a Economia Social. **J.C.C.B.**

# Exportações tecnológicas triplicaram desde 2004

O GOVERNO vai manter os investimentos nas áreas da ciência e tecnologia, sectores que já fizeram as exportações nacionais de produtos e serviços tecnológicos atingir em 2009 o triplo dos valores registados em 2004.

Portugal foi aliás dos países que mais têm investido no campo da ciência e tecnologia ultrapassando mesmo a Irlanda e a Espanha em termos de esforço nacional, testemunhou o primeiro-ministro na cerimónia de inauguração do novo edifício do primeiro parque nacional de biotecnologia (Biocant) em Cantanhede.

Um investimento que rondou os 3,8 milhões de euros e que acolherá brevemente mais dez empresas ligadas à investigação científica, que se juntam às quinze já ali existentes da área da investigação em biotecnologia, contribuindo deste modo para que esta iniciativa constitua um sucesso também graças ao “esforço, vontade e a visão política” dos parceiros associados deste projecto, a autarquia de Cantanhede e as universidades de Coimbra e de Aveiro.

Na sua intervenção, o primeiro-ministro realçou o facto de em 2008 Portugal ter investido 1,5% da sua riqueza em investigação e desenvolvimento, valores entretanto ultrapassados uma vez que o país atingiu a percentagem de 7,2 investigadores na área científica



por cada mil portugueses activos, número que é “superior à média europeia”.

Já no centro internacional de fornecimento de engenharia e de operações em rede da Nokia/Siemens, em Alfragide, no concelho da Amadora, o primeiro-ministro garantiu que o Governo vai manter os investimentos nas áreas da Ciência e Ensino Superior, lembrando que as exportações tecnológicas portuguesas triplicaram desde há seis anos para cá.

De facto, até ao final do ano passado, as exportações de produtos e serviços tecnológicos atingiram os 1300 milhões de euros, o que significa três vezes mais do que se tinha atingido em 2004.

São investimentos em áreas como estas, frisou ainda o primeiro-ministro, que permitem sustentar a exportação de serviços de alta tecnologia, com elevada qualificação, e com grande capacidade para todo o mundo.

Por fim, o chefe do Governo apelou a que “as grandes marcas venham a Portugal e que invistam”, garantindo o Governo vai continuar com a mesma linha política seguida nos últimos anos, designadamente, como acentuou, tendo em vista ajudar a transformar o Plano Tec-

nológico numa orientação central da economia.

Refira-se que o centro da Amadora emprega cerca de 600 engenheiros que servem milhões de clientes em mais de 20 países.

Este é aliás um dos dois centros do grupo em todo o mundo que integra quatro centros de manutenção e integração de redes, assistência técnica e operações em rede de telecomunicações.

Para o primeiro-ministro, são investimentos em empresas como os que se têm feito na Nokia/Siemens, que permitem acalantar a certeza de que as exportações nacionais de produtos e serviços tecnológicos vão continuar a subir de forma sustentada, certeza aliás corroborada recentemente pelo Banco de Portugal, que refere que, entre Janeiro e Novembro de 2009, a balança de pagamento tecnológica portuguesa se situou num plano positivo, nos 47,56 milhões de euros, apesar “do contexto de crise internacional”. R.S.A.

## OPINIÃO



JORGE FÃO  
Deputado PS

*Com a implementação das regiões administrativas reforçaremos a nossa democracia, refrescaremos o funcionamento do poder local, motivaremos mais participação cívica dos cidadãos, melhoraremos a fiscalização dos actores políticos*

## REGIONALIZAÇÃO – RAZÕES DA MINHA CONVICÇÃO

DEZANOVE anos depois da Assembleia da República ter aprovado, por unanimidade, a denominada Lei-quadro das Regiões Administrativas (lei 56/91), este diploma nunca chegou a ser aplicado no concreto, pelo facto de não ter sido regulamentado e sobretudo porque foi propositadamente “travado” pelo processo referendário (1998) instituído pela revisão constitucional de 1997.

Para os defensores das virtualidades deste centralismo decisório, o “congelamento” da regionalização do país foi uma vitória que é evocada como o garante na eficácia da governação do território, anunciada como o grande cimento da dita unidade nacional e defendida como eficaz forma de controlo de supérfluas despesas do funcionamento da administração.

Está hoje mais que provada a falência destes argumentos e, por isso, muitos cidadãos como eu, acreditam convictamente que a descentralização do poder e um maior escrutínio de proximidade do seu exercício e do desempenho dos seus protagonistas são condições indispensáveis para aumentar a eficiência da Administração Pública.

Para estes, apelidados de regionalistas, estes 19 anos da nossa história política recente não são mais do que uma infrutífera perda de tempo, persistindo num modelo caduco de organização do território, numa atrofiante concentração do poder político e numa doutrina ultrapassada de gestão centralista e distante de muitas realidades.

Volvidos todos estes anos depois da aprovação da lei-quadro, infelizmente poucos são os exemplos bem sucedidos de desenvolvimento social e económico dos territórios mais periféricos do país que sejam suficientes para nos demover o sentimento de que, o facto de não termos iniciado, naquela data, um efectivo processo de regionalização do país, constituiu uma oportunidade perdida para acelerar a modernização de Portugal.

Digo isto porque é para mim perceptível que durante estes anos não melhoramos a coesão do território, não reduzimos as assimetrias de desenvolvimento económico entre a maioria das regiões, não travamos os fluxos migratórios do interior para o litoral, não promovemos o planeamento e a governação supramunicipal de âmbito regional, etc., etc., etc.

Antes sim, verificamos que os verdadeiros centros de poder e de decisão política estão cada vez mais centralizados, burocratizados e controlados pelos mesmos do costume, a eficiência do funcionamento da Administração Pública não melhorou, os órgãos da administração desconcentrada não tem legitimidade democrática, a equidade na distribuição pelas diversas regiões dos recursos financeiros públicos não se verifica (vejam-se os PIDDACs regionais), são discutíveis algumas transferências de competências para as Autarquias, é desajustada a crescente presidencialização do poder autárquico, progressivo o aumento dos custos da máquina do Estado, etc., etc., etc.

Estas são criticáveis evidências de retrocessos político, democrático e económico, que só reforçam a minha conclusão que o atraso desta necessária reforma significa que não estamos a trilhar o caminho do desenvolvimento sustentável e da modernização do país, nem a servir da melhor forma os nossos superiores interesses colectivos.

Não disponho de quantificados argumentos que me permitam afirmar que todos os indicadores de desenvolvimento que referi estariam melhor cotados se tivéssemos dado progressiva execução à regionalização, tenho contudo convicções certas de que, se tal tivesse acontecido, Portugal, de Melgaço a Vila Real de Santo António, estaria mais solidário, equilibrado, coeso e desenvolvido.

Não tenho a ilusão de pensar e muito menos a veleidade de dizer que a regionalização é “panaceia” infalível para todas as nossas debilidades estruturais e problemas da actual conjuntura, mas também não sinto hesitações na solidez da minha convicção de que com a implementação das regiões administrativas reforçaremos a nossa democracia, refrescaremos o funcionamento do poder local, motivaremos mais participação cívica dos cidadãos, melhoraremos a fiscalização dos actores políticos e será mais e melhor discutida, equilibrada e avaliada a distribuição dos recursos públicos por todo o território.

É por isso que, apesar dos problemas e preocupações que as consequências da crise económica nos provoca e da necessidade de concentrarmos as nossas energias para reagir às adversidades, sou daqueles que defende que, simultaneamente, devemos “ressuscitar” a lei-quadro como ponto de partida para uma discussão actual, serena e racional desta reforma e empenhar-nos, de maneira determinada, para que este processo constituía um objectivo político de curto prazo para a Assembleia da República e para o Governo.

Portugal tem que retomar este debate, os cidadãos, de todos os quadrantes partidários e de todos os pontos do território, têm que ser mobilizados para esta reflexão e nós, os socialistas, por questões de princípios, de valores e de compromisso temos o dever político de entusiasmar e envolver os portugueses nesta reforma e a obrigação de sermos os verdadeiros motores desta mudança necessária para fazer... Avançar Portugal.

## Mobilizar a sociedade para o combate à pobreza e à exclusão

A MINISTRA do Trabalho e da Solidariedade Social defendeu que “o combate à pobreza tem que mobilizar toda a sociedade”, nomeadamente através do envolvimento dos “agentes económicos e sociais, organizações da sociedade civil e autarquias”.

Helena André falava na cerimónia de lançamento do Dia Europeu de Combate à Pobreza e à Exclusão, que decorreu na Fundação Gulbenkian.

Entre as medidas desenvolvidas de combate à pobreza, a ministra lembrou o investimento feito nas redes de equipamentos para crianças e idosos, o lançamento de um programa nacional de micro-crédito e os apoios para que as pessoas incapacitadas para o

trabalho devido a deficiência não vivam abaixo do limiar da pobreza.

“Mas não pode ser só o Estado. Tem que ser toda a sociedade civil. Temos o objectivo partilhado de promover a cidadania activa, a inclusão social, a solidariedade e a dignidade e a participação”, afirmou.

Por sua vez, o coordenador nacional do Ano em Portugal, Edmundo Martinho, disse que conta “com a mobilização do país para o combate à pobreza e exclusão social, porque pobreza é ficar indiferente”.

Edmundo Martinho adiantou ainda algumas das medidas que vão ser levadas este ano, como os encontros temáticos mensais, nos quais se pretende dar voz a quem vive em situações de pobreza.

As problemáticas abordadas são “Pobreza no feminino”, em Março, “Jovens”, em Abril, “Emprego”, em Maio, “Crianças”, em Junho, “Emigração e imigração”, em Julho, o “Voluntariado”, em Agosto, a “Deficiência”, em Setembro, os “Idosos”, em Outubro e os “Sem-abrigo”, em Novembro.

O responsável destacou ainda algumas das parcerias que estão em curso, nomeadamente com o Inatel para a realização de curtas-metragens em bairros problemáticos e em que os jovens dão a sua visão da pobreza, e com o Centro Cultural de Belém para levar crianças e jovens a espectáculos musicais, que de outra forma não teriam oportunidade de ver. J.C.C.B.

# Governo garante não ter qualquer plano para controlar a Comunicação Social

“É VERDADE que há quem, não conseguindo derrubar o Governo por meios democráticos em eleições, procure utilizar estes casos para obter resultados políticos”, afirmou o ministro da Presidência, Pedro Silva Pereira, em conferência de Imprensa, no final do Conselho de Ministros do passado dia 12 de Fevereiro, a propósito da recente polémica em volta das escutas divulgadas por um semanário e do consequente pedido de demissão do primeiro-ministro por parte de alguns políticos da oposição.

Para Silva Pereira, as escutas tornadas públicas no âmbito do processo “Face Oculta”, “em clara violação do segredo de justiça”, de forma alguma “permitem concluir que havia um plano do Governo para controlar a Comunicação Social”, considerando a sua publicação “um acto criminoso”.

O governante lembrou que quem tinha a competência para avaliar as escutas e para as conhecer na íntegra, o procurador-geral da República e o presidente do Supremo Tribunal de Justiça, concluíram “não apenas pela inexistência de uma factualidade que pudesse justificar um qualquer procedimento criminal, mas também em relação à inexistência de um plano gizado pelo primeiro-ministro ou pelo



Governo no sentido do controlo da comunicação social”.

Pedro Silva Pereira reiterou que o Governo nunca deu qualquer instrução à PT para aquisição de uma posição na Media Capital, proprietária da TVI, caindo em

sua opinião por terra qualquer insinuação que leve a afirmar que o Executivo alguma vez tivesse dado instruções no sentido de a Portugal Telecom estabelecer uma “qualquer parceria estratégica na área da comunicação social que a

pudesse colocar numa posição dominante em relação a outros meios de comunicação social”.

A divulgação das conversas telefónicas é um acto criticável, disse ainda este membro do Executivo, não porque o Governo “tenha

qualquer receio na divulgação do seu conteúdo”, mas porque se trata da prática de um acto criminoso, “em clara violação do segredo de justiça”, contrariando uma ordem do tribunal, e ainda por “violiar os direitos das pessoas”.

Também o líder da distrital do Porto dos socialistas, Renato Sampaio se pronunciou sobre este caso garantindo que o PS “não se vai vergar nem tão pouco intimidar” com aqueles que classificou de “pregadores serôdios, imitadores de lideranças passadas ou pigmeus arvorados em europeístas”.

Para o dirigente do PS/Porto, estes recentes ataques ao primeiro-ministro, ao Governo e ao PS para além de serem recorrentes, resultam “sempre que as oposições não tem uma ideia ou uma proposta alternativa para apresentar aos portugueses”.

Na sua opinião, as oposições mais não estão a fazer do que a “lançar uma cortina de fumo sobre os seus próprios fracassos políticos”.

Quem assim não hesita “em cavalgar as ondas da maledicência para tirar dividendos políticos”, acrescentou ainda o deputado socialista, “pode aparentar uma grande dimensão intelectual mas certamente não passa de um anão político”. R.S.A.

## MINISTRO DA JUSTIÇA ALERTA PARA PERIGOSOS ATAQUES AO ESTADO DE DIREITO

A DIVULGAÇÃO de dados e informações que a lei obriga a segredo de justiça foi e continua a ser utilizada para sustentar uma campanha de ataque ao primeiro-ministro e ao Governo, em que se quis e se quer envolver as figuras do presidente do Supremo Tribunal de Justiça e do procurador-geral da República. Esta a reacção do ministro Alberto Martins à recente publicação por um semanário de excertos das escutas alegadamente relacionadas com o caso conhecido por “Face Oculta”.

Em declarações aos jornalistas, Alberto Martins afirmou que “essa tentativa de envolvimento de duas figuras institucionais fundamentais no nosso sistema de justiça reveste-se de enorme gravidade” e “não pode ser aceite por quem tenha apego aos valores do Estado de direito democrático”.

Lembrando que a República Portuguesa é um Estado de direito democrático, baseado no pluralismo de expressão com organização políticas democráticas e na separação e interdependência de poderes, o titular da pasta da Justiça frisou que “só os tribunais são o órgão de soberania competente para julgar, independentes no exercício das suas funções, sujeitos à lei e apenas à lei”.

Depois descreveu como “perigoso precedente”, os “descabidos e inaceitáveis” ataques feitos ao presidente do Supremo e ao procurador-geral que agiram, sustentou, “estritamente no âmbito das suas competências”.

E clarificou: “O Governo e o ministro da Justiça não têm conhecimento do teor de processos concretos, não devem comentar, nem em qualquer circunstância comentarão, processos concretos, sob pena de desrespeito pela separação constitucional de poderes, mas não somos, nem seremos indiferentes à tentativa de colocar em causa a legitimidade e a autoridade dos mais altos representantes do sistema de justiça”.

De seguida, reafirmou que a Justiça se faz nos tribunais e não na praça pública, para depois anunciar ter pedido ao procurador-geral da República que lhe apresentasse “com urgência” uma “solução tendente a combater as sucessivas e sistemáticas violações do segredo de justiça”.

“O Governo dará todo o apoio ao planeamento e execução dessas medidas a bem do Estado de Direito democrático”, concluiu Alberto Martins. M.R.

## PSD baseou-se num crime para pôr em causa instituições políticas e judiciais

O PSD baseou-se num crime – a divulgação de escutas do processo “Face Oculta” – para pôr em causa a imagem das instituições políticas e judiciais, denunciou o líder parlamentar do PS, Francisco Assis, que condenou as declarações feitas a este propósito por Paulo Rangel, em Bruxelas.

“O eurodeputado social-democrata Paulo Rangel fez declarações absolutamente indignas no Parlamento Europeu, colocando em causa a imagem de Portugal perante toda a Europa por razões falsas. Portugal é um Estado de Direito, onde felizmente há um respeito absoluto pelas liberdades públicas e não há nenhum problema grave ao nível da liberdade de expressão”, reagiu Francisco Assis.

Assis falava em conferência de Imprensa, um dia depois de o eurodeputado social democrata Paulo Rangel ter falado no Parlamento Europeu sobre um alegado plano do Governo português para controlar a Comunicação Social no país.

Na perspectiva do líder parlamentar socialista, o ex-líder parlamentar do PSD, com essas

declarações, “passou de uma espécie de estado de claustrofobia, que só ele percebia, para um estado de verdadeiro delírio”.

No entanto, para Francisco Assis, as declarações de Rangel devem ser entendidas à luz de um comportamento político global que disse estar a ser seguido pela actual direcção social-democrata.

“Esta declaração de Paulo Rangel infelizmente não é isolada, tratando-se antes do corolário do que tem constituído nos últimos dias o comportamento de vários partidos, nomeadamente do PSD”, sustentou.

E acusou depois o PSD de ter “um comportamento que se caracteriza pela tentativa de pôr em causa a própria imagem das instituições democráticas portuguesas, baseando-se num crime, que é a divulgação indevida e ilegal de conversas privadas, que deveriam ter permanecido na esfera privada”.

“Apreciadas no plano judicial, entendeu-se que essas escutas não tinham qualquer relevância criminal e, como tal, deveriam ser objecto de arquivamento. Mas, partindo de um crime, o PSD tenta

construir todo um discurso político que põe em causa objectivamente a qualidade da democracia em Portugal e a imagem das nossas principais instituições, sejam políticas, sem as próprias instituições judiciais”, criticou.

Neste contexto, o presidente do Grupo Parlamentar do PS fez um apelo “para que não se continue por este caminho, que é perigoso e põe em causa instituições fundamentais da nossa vida democrática”.

Entretanto, em Bruxelas, à margem da cimeira extraordinária dos chefes de Estado e de Governo da União Europeia, José Sócrates acusou o eurodeputado do PSD Paulo Rangel de fazer carreira política com base no radicalismo, o que na sua opinião traduz uma “forma infantil de fazer política”.

Sócrates criticava assim a opinião expressa por Rangel, um dia antes, a pretexto do anúncio à liderança do PSD, desmentindo-o pronta e categoricamente.

“Portugal precisa é de moderação e de responsabilidade”, concluiu o secretário-geral do PS e primeiro-ministro.



# Investir mais nas políticas de igualdade

“É NECESSÁRIO investir mais na igualdade no mercado de trabalho num país onde a taxa de emprego feminino é de mais de 60%”, defendeu a secretária de Estado da Igualdade, Elza Pais, referindo, a propósito, a existência de uma linha de financiamento comunitário que tem disponível de 82 milhões de euros para projectos de empreendedorismo feminino, planos municipais para a igualdade nas autarquias, na administração central e nas empresas.

Elza Pais falava no dia 19, na Biblioteca do Pinhal Novo, num debate subordinada ao tema “Políticas de Igualdade”, promovido pelo Departamento Federativo das Mulheres Socialistas de Setúbal.

A secretária de Estado fez uma retrospectiva histórica das mulheres que ocupam lugares cimeiros de decisão em Portugal e das pastas na área da Igualdade existentes na segunda legislatura liderada por António Guterres, referindo as mudanças sociais destes últimos dez anos que permitiram uma consolidação e aceitação destas matérias na sociedade portuguesa.

Elza Pais abordou as questões da igualdade na tomada de decisão, referindo a Lei da Paridade e explicando que a Secretaria de Estado



agora existente é também ela fruto do trabalho na área da igualdade realizado na última legislatura, destacando momentos como o referendo da interrupção voluntária da gravidez, a lei do divórcio ou a lei da procriação medicamente assistida.

Por fim, debruçou-se sobre a área da violência doméstica, apontando o facto de há 10 anos atrás as respostas nesta matéria serem inexistentes ou incipientes, quer no que diz respeito ao trabalho das polícias, quer nas respostas de abrigo para as vítimas.

“Hoje em Portugal existem 36 casas abrigo, as

forças de segurança respondem profissionalmente às queixas que chegam às esquadras e está a ser posto no terreno, com uma experiência piloto em Coimbra, pulseiras electrónicas que não permitem ao agressor aproximar-se das vítimas e um sistema de teleassistência que permite à vítima pedir ajuda caso o agressor a procure”, disse.

A iniciativa que contou com dezenas de participantes, iniciou-se com uma introdução a cargo da presidente das Mulheres Socialistas de Setúbal, Catarina Marcelino, que salientou a importância da Secretaria de Estado da Igualdade

de no contexto político e social actual e ainda da importância desta dimensão nas políticas autárquicas, dando como exemplo de boa prática, o Município de Montijo que conta desde 2000 com um Espaço Informação Mulheres especializado em violência doméstica. “Foi a primeira câmara dopais com um Plano Municipal para a Igualdade”, salientou.

Catarina Marcelino referiu também as eleições internas para as concelhias que terão lugar em Abril, apelando às mulheres militantes socialistas para se candidatarem à liderança das concelhias e das secções, porque, segundo disse, “não basta participar nas listas, chegou o momento de também protagonizar a liderança dos processos em pé de igualdade com os nossos camaradas”.

Entretanto, o Departamento Federativo das Mulheres Socialistas de Setúbal tem agendado para dia 18 de Março uma iniciativa com a ministra do Trabalho de homenagem a mulheres sindicalistas do distrito.

## OPINIÃO



JOSÉ ASSIS  
Militante na Secção de Amora

*O Poder Local dominante na Margem Sul, comunista na sua maioria, não tem dado uma resposta à altura dos desafios*

## MARGEM ESQUERDA DO TEJO, AQUI AS PESSOAS CONHECEM-SE

DESTE lado do rio Tejo há gente que cultiva e sabe o que é o trabalho e quer a prosperidade.

Inscritos no programa do XVIII Governo, os princípios do investimento público como uma das alavancas da economia e a regionalização como uma forma de organização política a concretizar, não me restam dúvidas que a execução governativa do PS, nesses termos, levará ao desenvolvimento, não só centrado nas grandes metrópoles mas alargado a todo o território nacional, honrando, assim, a coesão e solidariedade nacionais. Envolvendo a margem esquerda do Tejo como um dos pilares para esse novo ciclo.

Os investimentos previstos, com o seu volume e pertinência reconhecidos, são essenciais para a equidade e justiça que um povo (residente nesta banda do rio) de trabalho, cuja história está intimamente ligada a fluxos migratórios com origens fora de Lisboa, e a um registo de resistência ao Estado Novo, que conferiu uma cultura democrática, merece. Já em democracia foi o PS que teve uma visão de desenvolvimento, mesmo nos anos mais difíceis como os anos 80, onde foi preciso coragem para ultrapassar a crise. Hoje, a Margem Sul é vista como um espaço de futuro. Projectos como o Arco Ribeirinho Sul, o Aeroporto Internacional de Lisboa em Alcochete, a Terceira Travessia do Tejo, o prolongamento do Metro Sul Tejo ou a IC32, em conjunto com os equipamentos sociais que estão em curso em toda a Península de Setúbal – jardins de infância; escolas, lares, creches – e os programas de formação como as Novas Oportunidades, que transitam do anterior Governo, e que dão continuidade a um olhar virado para esta margem, devem continuar. Tenho orgulho em, como autarca eleito nas listas do PS, entre 2001/2009, ter participado e dado o meu contributo relativamente a equipamentos como o hospital do Seixal/Sesimbra ou mesmo o Arco Ribeirinho Sul.

Contudo, não forçosamente por causa da falta da regionalização mas serve o exemplo para reflectir, o Poder Local dominante na Margem Sul, comunista na sua maioria, não tem dado uma resposta à altura dos desafios, na medida em que não perspectiva o desenvolvimento como um processo de normalidade, mas sim, interpreta a descentralização como arma partidária contra os governos. Tenho pena. Mas tenho a esperança que o coração que, deste lado do rio, bate à esquerda brevemente terá uma resposta popular positiva também ao nível do poder autárquico, seguindo um dos bons exemplos da Margem Norte.

A regionalização traduz um modo de governança moderno, porque materializa a proximidade, confere legitimidade democrática aos governantes regionais e termina com um modelo político pouco descentralizado – incluindo o regime apático que regula as grandes áreas metropolitanas – que provoca uma concentração no momento da decisão indesejável.

Vamos todos ganhar com a regionalização.

## PS/Oeiras promove debates e realiza formação política

O SECRETARIADO da Comissão Política do PS/Oeiras tem vindo a organizar desde que foi eleito, de forma periódica, uma série de encontros com os seus militantes e simpatizantes, iniciativas que muito têm contribuído para alargar o debate e aprofundar as ideias sobre alguns dos problemas que mais afectam o país e as populações do município.

O presente mês de Fevereiro não fugiu à regra da realização destes encontros e logo no dia 9, na Secção do PS de Barcarena, teve lugar uma iniciativa que serviu para assinalar a inauguração da remodelação deste espaço de trabalho do partido, uma iniciativa que contou com a presença do deputado Pedro Farmhouse. No 11, na secção de Linda-a-Velha, houve um debate com o deputado Miranda Calha, presidente da Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local e secretário nacional do PS para as Autarquias,



sobre “O Poder Local e os desafios do futuro”.

No dia 17, na secção de Algés, o debate foi sobre as “Políticas de Combate à Violência Doméstica”, encontro que teve como oradora Elza Pais, secretária de Estado para a Igualdade.

Já a 23 de Fevereiro, na Secção de Oeiras, os militantes e simpatizantes debateram com o líder parlamentar do PS na Assembleia da República,

Francisco Assis, a “Situação Política Nacional”, para, finalmente, no dia 27, também na secção de Oeiras, ter lugar uma acção de formação autárquica, tendo sido abordados, entre outros assuntos, “Os Projectos e a Gestão Quotidiana das Freguesias”, que foi desenvolvido por Pedro Cegonho, presidente da Junta de Freguesia de Santo Contestável, e as “Autarquias e os direitos das oposições”, cujo orador foi Eduardo Quinta Nova, vereador na Câmara Municipal de Sintra.

Para o presidente da Comissão Política do PS/Oeiras e deputado na Assembleia da República, Marcos Sá, são iniciativas como estas ou como tantas outras que o partido tem vindo a realizar, com o objectivo de debater “nomeadamente os temas relacionados com as políticas do Governo”, que mostram a grande “vitalidade e uma verdadeira e sustentada implantação do PS junto das populações do concelho”. R.S.A.

OPINIÃO

## HOLOCAUSTO NUNCA MAIS



**ROSA ALBERNAZ**  
Deputada do PS

*Temos o dever de manter uma atitude vigilante em relação ao racismo, à xenofobia, ao anti-semitismo, à limpeza étnica pelo que se impõe a promoção da memória, da educação e da investigação sobre aqueles anos de ódio, intolerância e preconceito*

PARA grande vergonha da “raça” humana o holocausto existiu.

Auschwitz, Birkenau e Treblinka são os mais conhecidos nomes dos seis/sete campos de concentração que o regime nazi criou com o horrendo objectivo de levar a cabo a matança sistemática dos judeus na Europa e assim encontrar a “solução final” para a chamada “questão judia” que conduziria ao extermínio não só de milhões de judeus mas também de ciganos, homossexuais, simples dissidentes políticos, bem como deficientes, físicos e mentais.

Tudo em nome do apuramento de uma pretensa raça superior.

Na história da civilização encontramos períodos de trevas e outros de luz. No século XX, a Alemanha nazi foi marcadamente uma página negra da humanidade. Mas não foi a única. Massacres e genocídios aconteceram em outras partes do mundo como em Srebrenica na Bósnia-Herzegovina, no Ruanda ou no Camboja de Pol Pot, ainda no século passado. Nenhum destes, porém, e felizmente atingiu as dimensões da loucura posta em prática por Hitler durante a II Guerra Mundial.

A consagração do dia 27 de Janeiro como o dia da Memória do Holocausto, a que nos associámos, honra os profundos princípios humanistas e progressistas em que se funda o Portugal democrático, ínsitos, aliás, na nossa Constituição, bem como no Tratado da União Europeia onde nos integramos.

Os valores da liberdade, da igualdade, da tolerância, do respeito mútuo, o direito à diferença e do respeito pelas minorias, o direito à vida, à integridade pessoal, enfim, a dignidade da pessoa humana, todos eles sucumbiram perante a aberrante doutrina do “Mein Kampf” onde se encontram vertidas as ideias anti-semitas, racistas e nacionalistas de Adolf Hitler.

Porque o actual clima de paz e liberdade em que vivemos não está garantida, às actuais gerações e às vindouras deve-lhes ser transmitida informação sobre o Holocausto e o que ele significou e representou, para que conhecendo a história não voltem a ser cometidos os desmandos que no passado semearam o horror e a morte na Europa.

Temos o dever de manter uma atitude vigilante em relação ao racismo, à xenofobia, ao anti-semitismo, à limpeza étnica pelo que se impõe a promoção da memória, da educação e da investigação sobre aqueles anos de ódio, intolerância e preconceito.

Permita-se-me recordar aqui o papel histórico de Aristides Sousa Mendes e, desta forma, prestar-lhe uma sentida homenagem.

Como é do conhecimento geral, o cônsul português em Bordéus, no alvor da ocupação francesa pela Alemanha, contrariando as instruções de Salazar, concedeu mais de 30 mil vistos a refugiados, entre os quais cerca de 10 mil judeus, que pretendiam abandonar França, poupando assim milhares de vida a uma morte mais do que certa.

Em reconhecimento dessa manifesta coragem, o seu nome figura desde 1966 no Memorial do Holocausto de Jerusalém como “Justo entre as nações”.

É este exemplo que devemos transmitir às futuras gerações de portugueses e apresentá-lo como herói maior perante a tragédia do Holocausto.

Lembro aqui, a terminar, a palavra mais sentida proferida por um sobrevivente de Auschwitz – Birkenau, nas comemorações dos “65 anos da libertação do campo de concentração Auschwitz – Birkenau” onde estive presente.

A palavra “PORQUÊ”.

Mais de seis milhões de seres humanos que foram “humilhados” e “dizimados”.

“PORQUÊ”?

Dois milhões e meio de crianças sacrificadas.

“Mas PORQUÊ”?

Por tudo isto, mesmo quando a verdade histórica é terrível e desumana, nós temos a obrigação de a dar a conhecer e lembrar, pois virar as costas, fechar os olhos, passar adiante é insultar a memória dos que pereceram e daqueles que apesar dos golpes, do sofrimento moral e afectivo, conseguiram sobreviver lutando por uma vida digna de ser vivida.

## Solidários desde a primeira hora com a Madeira

IMEDIATAMENTE após ter conhecimento dos trágicos acontecimentos provocados pelo mau tempo na Madeira, à saída da Comissão Nacional do PS, em Lisboa, José Sócrates manifestou consternação e total solidariedade com as famílias afectadas, adiantando a sua vontade de se deslocar ao arquipélago logo que as condições meteorológicas o permitissem.

Nesse mesmo dia, à noite, o primeiro-ministro, após deixou o plenário de militantes do Porto, juntou-se no aeroporto Sá Carneiro ao ministro da Administração Interna, Rui Pereira, e ao secretário de Estado da Protecção Civil, Vasco Franco, tendo a comitiva seguido para o Funchal.

À chegada ao aeroporto intercontinental de Santa Cruz, na Madeira, Sócrates voltou a garantir total apoio ao Governo Regional da parte do Executivo nacional e verificou no terreno os danos causados pelo temporal que se abateu sobre a ilha.

O primeiro-ministro ofereceu na ocasião “toda a ajuda de que o Governo Regional necessitar para que a Madeira possa iniciar imediatamente os trabalhos de recuperação” do temporal que provocou até agora 42 mortos, mais de duas centenas de feridos, e cerca de 300 desalojados.

No final da reunião com os responsáveis regionais, Sócrates anunciou ter combinado “dar uma ajuda para responder às situações de emergência e manter um diálogo entre o Governo Regional e o Governo da República por forma a que se possa definir um quadro geral de ajuda à Região para responder à situação”.

“O Presidente do Governo Regional fez uma exposição da situação no que diz respeito às necessidades de reconstrução e também às necessidades que existem para responder



às situações mais críticas”, afirmou Sócrates, referindo que tinha chegado à conclusão “de que o Governo Regional da Madeira está a controlar muito bem a situação e a tratar já dos trabalhos de recuperação”.

“Todos os serviços do Governo Regional, do Governo da República empenhados para responder a esta situação”, acrescentou.

Entretanto, o Governo reuniu-se em Conselho de Ministros extraordinário e decretou três dias luto nacional como forma de expressão de pesar pelas vítimas da tragédia na Madeira.

O Executivo socialista aprovou também um conjunto de medidas destinado a permitir iniciar imediatamente os trabalhos de reconstrução, logo que estejam apuradas todas as necessidades da Região Autónoma, tal como o primeiro-ministro garantira no dia anterior.

Das medidas aprovadas destacam-se o accionamento do Fundo de Solidariedade da União Europeia, logo que haja uma estimativa dos prejuízos, e os procedimentos tendentes à obtenção de uma linha especial de financiamento para a reconstrução das infra-estruturas junto do Banco Europeu de Investimentos.

De referir que perante a tragédia que se abateu sobre os madeirenses, o Grupo Parlamentar do PS no Parlamento nacional decidiu retirar da agenda a questão política das Finanças Regionais, conforme adiantou o líder da bancada, Francisco Assis.

Por sua vez, o Partido Socialista da Madeira emitiu um comunicado no qual considera “urgente e necessária” a “declaração de calamidade pública” na região.

No mesmo documento, o PS/Madeira sustenta que “não é através do silêncio que se resolve o gravíssimo problema que se abateu sobre a região”, afirmando que “em defesa do povo, dos empresários geradores de emprego e do próprio turismo, torna-se necessário recuperar a imagem” do arquipélago.

Os socialistas madeirenses entendem que tal “só será possível com meios financeiros significativos que reforcem o combate a esta situação de calamidade” e, mostrando-se solidário para com as vítimas da catástrofe, reconhece a “exemplar acção das forças de segurança, militares, protecção civil e todos os cidadãos que, desinteressadamente, têm ajudado nesta situação de grande emergência”. M.R.

## Regularize as suas quotas

Valores aplicáveis somente a partir de 2008:

Quota mínima	Quota suplementar (Inclui “Acção Socialista”)
Semestral.....6€	Semestral...12€
Anual .....12€	Anual.....24€

As quotas do PS podem ser regularizadas das seguintes maneiras:

- Depósito bancário em cheque;
- Transferência bancária  
Conta: Millennium BCP  
PS-QUOTIZAÇÕES - N.º 452 341 62873  
NIB - 0033 0000 4523 4162873 05  
Para as operações referidas em 1 e 2 é obrigatório indicar o n.º de militante, no balcão onde as efectuar.
- Pagamento através do MULTIBANCO da seguinte forma:  
ENTIDADE 20132  
REFERÊNCIA 0000...+ N.º DE MILITANTE  
(total de 9 dígitos)  
MONTANTE Quota mínima (Semestral - 6€, Anual - 12€)  
Quota suplementar (Semestral - 12€, Anual - 24€)

**Linha Azul**  
**808 201 695**

Contamos consigo!



# “Nunca falei com ninguém sobre o eventual negócio da PT com a TVI”

“SE ALGUÉM invocou o meu nome nas escutas referentes à alegada tentativa de compra da TVI pela PT, fê-lo de forma abusiva”, garantiu o primeiro-ministro no programa “Sinais de Fogo” da SIC.

Sócrates disse nunca ter discutido o assunto com ninguém, e que por isso lhe parece absolutamente inverosímil ter sido acusado de alguma vez ter dado orientações para uma eventual compra da TVI pela PT.

Sobre as escutas, o líder do PS lembrou que o PGR no seu despacho de arquivamento chegou a duas conclusões depois de ouvir as conversas em que participou e que o envolvem neste processo. Em primeiro lugar “que o primeiro-ministro nunca sugeriu, apoiou ou incentivou qualquer negócio entre a PT e a Prisa”, proprietária da TVI, algo que Sócrates não deixou de considerar poder constituir “um desconforto e uma decepção para muitos”, e a outra conclusão é que nas conversas mantidas com Armando Vara, “o assunto nunca foi abordado”.

Para Sócrates “o dever do Estado é proteger essas escutas e devolvê-las às pessoas”, logo que não tenham relevância criminal, porque só assim, defendeu, é que se pode afirmar de forma peremptória que se vive de facto num Estado de direito. As escutas, disse ainda o primeiro-ministro, jamais deverão servir “para os adversários políticos fazerem ataques pessoais”.

Quanto às dificuldades económicas e financeiras por que passam as economias dos países desenvolvidos, José Sócrates garantiu que no que respeita a Portugal se não tivessem sido avançadas as medidas



que o Governo atempadamente tomou “o cenário seria hoje bastante mais difícil”.

Recusando a ideia de baixar os impostos em detrimento do investimento público, como é defendido por alguns sectores da vida política portuguesa, o primeiro-ministro frisou que quando se fala em promover o emprego ou a economia, a melhor resposta não está em baixar os impostos, “porque muita gente porá esse dinheiro na poupança e não o investirá”, mas sim voltarmos para o investimento público, sendo que esta para José Sócrates “é uma verdade económica e não ideológica”.

Sobre o Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC), que será apresentado pelo Governo dentro de pouco tempo no Parlamento aos partidos da oposição, mas também aos parceiros sociais, Sócrates,

depois de se mostrar esperançoso que o PEC corresponda “a um amplo consenso social”, frisou que um dos traços que marcam de forma indelével este documento é a afirmação da continuada coragem demonstrada pelo Governo na gestão política e económica do país.

Uma das novidades avançadas pelo chefe do Executivo para o OE de 2010, passa pela cativação de 40% das verbas destinadas às consultorias externas, iniciativa que é tomada pela primeira vez, recordando o primeiro-ministro que ao contrário do que se diz, “grande parte dessas verbas não tinha como destino o pagamento de pareceres ou consultorias externas, por exemplo a advogados, mas antes para financiar projectos que o Estado contrata fora como sejam as obras que os ministérios necessitam”. R.S.A.

## OPINIÃO



MIGUEL FREITAS  
Deputado do PS

*O grande desafio está em proporcionar condições de retoma à economia portuguesa que representem uma efectiva progressão para um novo modelo de crescimento*

## VOANDO SOBRE UM NINHO DE CUCOS

OS FUNDOS comunitários estão sob fogo. Os programas executam mal. Há a leitura mais fácil, a dos “cucos”: o país precisa de investimento e não gasta o dinheiro que tem à sua disposição vindo de Bruxelas. Há coisas a melhorar e mesmo a mudar. Há excessos, de formalismo e de optimismo na sua concepção. Mas não se pode descolar a matemática dos números da realidade dos tempos.

Vejamos o QREN. Se o problema fosse de modelo, não era de execução, mas de aprovação de projectos. Ora, a aprovação segue uma trajectória normal, sem correspondência na execução. O que traduz dificuldades dos promotores. E não no modelo. A crise não é burocrática. A crise é de expectativa e de liquidez. E o QREN não é um instrumento de tesouraria. É um instrumento de investimento.

Olhemos para lá dos números, para dentro do programa. Desde logo, o seu efeito no combate à crise. Terá o modelo de programação permitido a flexibilidade necessária para uma adaptação ao esforço anticíclico? A resposta só pode ser afirmativa. Com reflexo nas políticas definidas na “Estratégia e Programa Nacional de Combate à Crise”.

Apostar na modernização das escolas, investir na energia sustentável, modernizar a infra-estrutura tecnológica de redes de banda larga de nova geração, apoiar a actividade económica, exportações e PME e criar sistemas de apoio ao emprego. Tudo foi possível, sem alterar a orientação estratégica global.

Aproveitou-se toda a margem de manobra do QREN. Ao mesmo tempo que se prolongava a vigência do QCA III. Na sobreposição de períodos de programação resultou a absorção plena dos recursos do QCA III. Mas implicou um esforço material e financeiro assinalável por parte dos beneficiários. O que explica, em parte, as dificuldades para fazer face a novos investimentos por parte de empresas e municípios.

O outro olhar é sobre a robustez estratégica do QREN. O grande desafio está em proporcionar condições de retoma à economia portuguesa que representem uma efectiva progressão para um novo modelo de crescimento.

O QREN assenta numa “triangulação virtuosa” entre os domínios do potencial humano, da competitividade e do território. A que correspondem agendas operacionais e políticas. E tem um desígnio estratégico, em linha com as metas definidas pela estratégia de Lisboa. A centralidade na agenda da qualificação, na política de cidades e valorização do território, no estímulo à inovação e internacionalização das empresas. Só podemos estar de acordo com essa orientação geral.

O QREN implica um importante processo de aprendizagem organizacional e social. Generalização de decisões de natureza interministerial, procedimentos concursais, estabelecimento de parcerias e redes, formas mais ou menos complexas de governação. É assim que se gere, no início do Século XXI, recursos públicos escassos, eficiência da acção pública, dinamização do mercado, envolvimento da sociedade civil e obtenção de resultados com efeitos duradouros.

É preciso avançar, fazendo o que tem de ser feito. Sobrevoando o ninho de “cucos”.

## Constâncio na vice-presidência do BCE



A NOMEAÇÃO, por unanimidade, de Vítor Constâncio para a vice-presidência do Banco Central Europeu (BCE) representa para o primeiro-ministro, José Sócrates, para além da consagração e do reconhecimento internacional do trabalho desenvolvido pelo governador do Banco de Portugal, a confirmação do prestígio que “as nossas entidades de supervisão financeira beneficiam em toda a Europa”, e um êxito da diplomacia portuguesa.

O ainda governador do Banco de Portugal foi escolhido numa eleição onde participaram os ministros das finanças da zona euro, em Bruxelas, tendo a opção recaído no nome do dirigente português que passará a ocupar a vice-presidência do BCE já a partir do próximo dia 1 de Junho.

Também o ministro das Finanças, Teixeira dos Santos,

manifestou o seu “orgulho e satisfação” pela escolha de Constâncio para a vice-presidência do BCE, frisando que é mais um motivo de particular orgulho “sabermos que é um português vai ocupar uma posição tão relevante no contexto das instituições europeias”.

Teixeira dos Santos considerou ser ainda muito cedo para se começar a falar na personalidade que o irá substituir à frente do Banco de Portugal, recordando que ainda faltam mais de três meses para que Vítor Constâncio assumia as suas novas funções. R.S.A.

# Inaugurado novo Hospital de Cascais

ESTÁ em curso o “maior investimento de sempre do Estado na qualidade da rede hospitalar nacional” afirmou o primeiro-ministro, no dia 23, durante a cerimónia de inauguração do novo Hospital de Cascais, onde reiterou que este tipo de investimentos são “a melhor forma de responder à crise”, nomeadamente pelos empregos que geram.

Na inauguração do novo hospital, José Sócrates sustentou que a “credibilidade política” se conquista “com acção, empenhamento e com resultados”. Situada em Alcabideche, a nova unidade de saúde, que irá servir 300 mil pessoas dos concelhos de Cascais e Sintra, dispõe de 272 camas, seis salas operatórias, e 10 quartos de partos.

O primeiro-ministro sublinhou que “este Hospital de Cascais é também o símbolo daquilo que foi uma área que o Governo elegeu como prioritária para o seu investimento público. Neste momento estamos a construir seis hospitais”, acrescentando que “isto significa o maior investimento de sempre do Estado na qualidade da rede hospitalar, significa uma prioridade”.

Além do Hospital de Cascais, estão a ser construídas unidades de saúde em Braga, Lamego, Amarante, Guarda, Coimbra e Loures e “ainda este ano entrarão em obra



os hospitais de Vila Franca de Xira, Oriental de Lisboa e Algarve”, adiantou José Sócrates.

Lembrando o facto de ter estado presente na adjudicação da obra e na inauguração, que considerou uma “rara oportunidade” que “poucos políticos têm” dada “a intensidade e a renovação que a

vida política moderna hoje tem”, José Sócrates defendeu que o investimento no Serviço Nacional de Saúde (SNS) é a “melhor forma de responder à crise, de dar emprego, de dar oportunidade às empresas” e de “melhorar as condições de gestão” deste serviço público.

“Gostaria que me dissessem que

em momentos de crise e dificuldade, em que tanta gente precisa de emprego, em que tanta gente olha para o Estado na expectativa que seja o Estado a dar uma ajuda, quer às empresas, quer às famílias, qual a melhor área para investirmos”, salientou.

O investimento permite, além

disso, frisou, “gerir melhor” o SNS e “prestar um melhor serviço de saúde aos portugueses”.

Na cerimónia estiveram também presentes a ministra da Saúde e o ministro das Finanças, tendo Ana Jorge referido que é preciso “pensar naquilo que são as necessidades da população”. J.C.C.B.

## PS homenageia José Saraiva

NO PRÓXIMO sábado, dia 27 de Fevereiro, o PS vai homenagear José Saraiva, jornalista e deputado socialista falecido há cinco anos.

O histórico militante do PS/Porto Orlando Gaspar é um dos responsáveis pela organização da romagem ao cemitério de Lordelo do Ouro onde o ex-deputado do PS está sepultado.

Em carta enviada aos militantes, presidentes de concelhias e a diversas personalidades socialistas, Orlando Gaspar recorda que se completam cinco anos desde que José Saraiva faleceu, solicitando que “nesta singela homenagem” os socialistas e os seus muitos amigos não deixem de comparecer no que também classificou

como um “tributo à memória”.

Da comissão organizadora, para além de Orlando Gaspar, fazem ainda parte nomes como os de Maria de Lurdes Ruivo, presidente distrital das Mulheres Socialistas, Fernando Oliveira e José Manuel Teixeira, membros do secretariado da Comissão Política do PS/Porto.

Para o filho Rui Saraiva, trata-se de uma iniciativa “muito feliz” de um amigo, “a que se associam outros amigos”.

José Saraiva, que morreu aos 59 anos a 23 de Fevereiro de 2005, para além de deputado pelo PS na Assembleia da República, foi jornalista de profissão, director do “Jornal de Notícias” e vereador da Câmara Municipal do Porto. R.S.A.

